

PUBLICAÇÃO DE
CARÁTER INTERNO AO
PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AOS
SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Nº 289
R\$ 2,00
AGOSTO
1996



HOMENAGEM A MANDEL

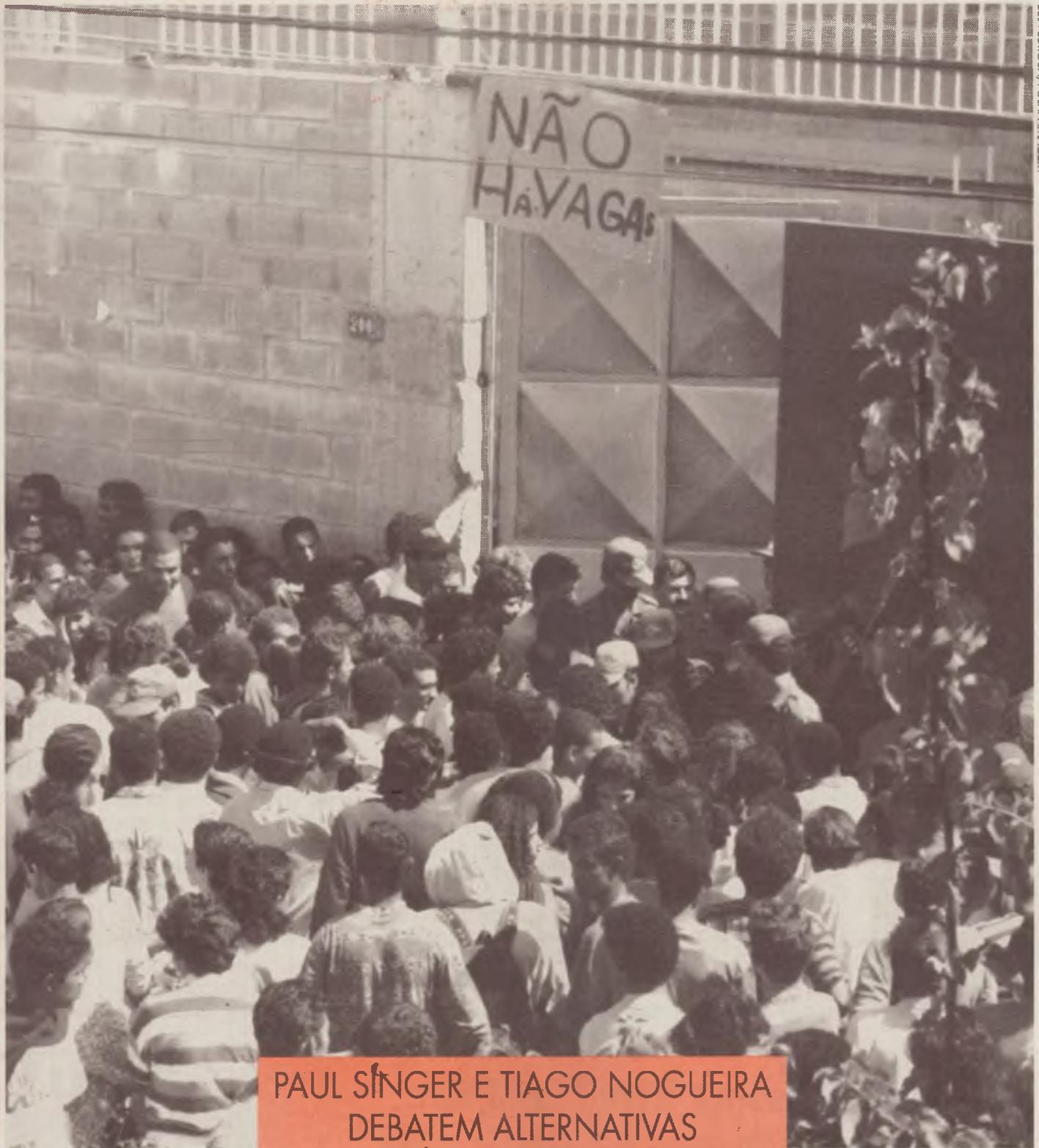
UM ANO
APÓS SUA
MORTE

PÁGINAS 12 A 15

UM PT PARA DIZER SIM?

UMA CRÍTICA
AOS RUMOS DA
CAMPANHA
EM SÃO PAULO

PÁGINAS 3 E 4



BEL PEDROSA/FOLHA IMAGEM

PAUL SINGER E TIAGO NOGUEIRA
DEBATEM ALTERNATIVAS
FRENTE À CRISE DO EMPREGO

PÁGINAS 10 E 11

COMO ENFRENTAR O DESEMPREGO?

NESTA EDIÇÃO

PARTIDO DOS TRABALHADORES

A campanha do PT em São Paulo PÁG. 3 e 4
Uma crítica à orientação da campanha do PT em São Paulo, por *Joaquim Soriano*.

O desafio de São Bernardo PÁG. 5
Entrevista com Wagner Lino, candidato do PT em São Bernardo.

NACIONAL

Por onde começar? PÁG. 6 e 7
Antes de tudo é preciso definir os objetivos políticos, é o que defende *Plínio de Arruda Sampaio*.

Acumulação não capitalista de capital PÁG. 8 e 9
Alternativas de combate ao desemprego são debatidas por *Paul Singer* e *Tiago Nogueira*.

SOCIALISMO

Um socialismo para nosso tempo PÁG. 10 e 11
Continua a discussão sobre a renovação do pensamento socialista, em artigo de *Daniel Bensaid*.

A sorte de uma juventude louca PÁG. 12 a 14
Com uma bem humorada entrevista feita em 1979, homenageamos a memória de Ernest Mandel.

POLÍTICAS SOCIAIS

10ª Conferência Nacional de Saúde PÁG. 15
A política neoliberal para a saúde é destrinchada por *Túlio Batista Franco*.

HOMOSSEXUALIDADE

Conquistar o desejo, sem excluídos PÁG. 16 e 17
Arnaldo Dominguez apresenta uma visão crítica ao discurso dominante sobre o desejo.

MULHERES

O PT e o direito ao aborto PÁG. 18 e 19
As posições do Dep. Hélio Bicudo confrontam as decisões do PT sobre o aborto. É o que mostra o artigo de *Tatau Godinho*.

As mulheres nos Jogos Olímpicos PÁG. 20
História e crônica da participação das mulheres, por *Maria Luíza da Costa*.

TEXTO DE APOIO

Com esta edição os assinantes de apoio recebem o texto
A esquerda frente ao desemprego,
entrevista com o economista francês Thomas Coutrot.



ASSINANTES GANHADORES DO LIVRO A ERA DOS EXTREMOS, DE ERIC HOBSBAWN:

Adão Altair Capa (Santo Ângelo/RS), Alcebíades de Souza T. Filho (Rio de Janeiro/RJ), Alvino Luiz Correa de Lima (Volta Redonda/RJ), Ana Paula Canedo Arigoni (Porto Alegre/RS), Anilo Celito Sperb (Sapucaia do Sul/RS), Caco Bisol (São Paulo/SP), Cesar Cordaro (São Paulo/SP), Cláudia P. Aristimunha (Porto Alegre/RS), Cláudio Dallabrida (Palmas/TO), Eduardo Silva Araújo (Fortaleza/CE), Elizabete Zardo Búrigo (São Paulo/SP), Erik Persson (Porto Alegre/RS), Flaubert F. T. Lopes (Pau dos Ferros/RN), Gerardo Xavier Santiago (Rio de Janeiro/RJ), Jair B. Campos (Tiros/MG), José Damião L. Trindade (São Paulo/SP), Jovino Amâncio M. Filho (Lavras/MG), Leadir Serra (Osório/RS), Lício Gonzaga L. Júnior (Diadema/SP), Luigi Verardo (Indaiatuba/SP), Luís Carlos Klenk Serra (Barueri/SP), Luís Ricardo P. Azevedo (Niterói/RJ), Luiz Roberto de Paula (Taboão da Serra/SP), Marcelo D'Elia Branco (Porto Alegre/RS), Maria Teresa Freire (Natal/RN), Mauro Gurgel A. Neto (Fortaleza/CE), Nely Zaffari (Erechim/RS), Renata Menasche (São Paulo/SP), Rosa Maria Mosna (Porto Alegre/RS), Secretaria de Formação Sindical (Vitória/ES), Temístocles Marcellus Neto (Belo Horizonte/MG) e Valdevi Rebouças (Fortaleza/CE).

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM CADA EDIÇÃO DO JORNAL, UM TEXTO DE DEBATE

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio - R\$ 40,00

Normal - R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou copie e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50

EM TEMPO:

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Búrigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

, Carlos Henrique Árabe, Tatau Godinho, Caco Bisol (capa), e Rita Araújo.

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo-SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre - Fone (051) 225.3450

A campanha do PT em São Paulo

JOAQUIM SORIANO

No encontro municipal do PT, realizado em maio, quando Erundina já apresentava altos índices de preferência do eleitorado, tendo o Diretório Municipal encomendado pesquisa de opinião sobre as eleições, o governo Erundina e o governo Maluf, muitas preocupações tomaram conta dos militantes. Foi difícil chegar a uma formulação sobre o PAS, por exemplo. Muitos argumentavam que era impossível combatê-lo porque tinha altos índices de aprovação. Outros diziam que Maluf não era candidato e que portanto não precisava ser criticado e havia ainda aqueles que lembravam que FHC também não era candidato e que o Real já era uma realidade. Nestas preocupações ensaiava-se uma opção de campanha eleitoral que pretende evitar a polarização, tentando reduzir os conflitos ao mínimo e que acredita que a simples apresentação das melhores propostas (as nossas) serão sufragadas pelo povo.

Antes do horário eleitoral na TV, a campanha do PT à prefeitura de São Paulo anunciou sua peça publicitária. Um outdoor vermelho, com uma estrela de cabeça para baixo e um enorme SIM. Ao lado, pequeno, quase imperceptível, Luiza Erundina prefeita e Mercadante vice.

Em contraste com a campanha de Pitta e de Serra que mostravam suas fotos coloridas, com os nomes bem legíveis.

Na semana seguinte a campanha do PT explicitou o seu conteúdo. O novo outdoor trouxe a seguinte inovação: Erundina, o PT que diz sim. Lá embaixo, parecendo colado com esparadrapo, Mercadante vice.

Chega agosto e começa a propaganda na TV. A campanha do PT destaca o SIM. Homens, mulheres, Erundina e Mercadante, todos em um mutirão, construindo um enorme SIM. Um discurso acanhado, salientando que a experiência do governo passado não levará a novos erros na relação com os empresários ou com a imprensa, por exemplo.

Mas o que isso tudo quer dizer?

Quer dizer que no Brasil eleições viraram rotina, com métodos de pesquisa que se pretendem capazes de conhecer a vontade do eleitorado e com técnicas publicitárias para vender os candidatos-produto. Quer dizer que, em vez de buscar a criatividade nas campanhas, o PT se submete à pasteurização geral. É uma demonstração contundente de como os processos eleitorais deixaram de ser momentos de afirmação das diferenças para que em um mundo aparentemente desideologizado o mercado eleitoral escolha o melhor administrador. Numa escolha feita a partir de uma impressionante convergência: semelhança de campanhas, propostas, programas, prioridades. Tudo isso, é claro, ressaltado pela mídia que elogia toda esta modernidade!

Para o PT, submeter-se a esta lógica é aceitar a derrota política de antemão.

Porque este é um mundo aparentemente desideologizado. O neoliberalismo é um fracasso político, econômico e social, mas sustenta-se sobre uma forte vitória ideológica, especialmente a de não ter adversários. Quer apresentar-se como a única visão social de mundo possível. É ideologia pura.

As vitórias eleitorais do PT vieram acompanhadas



de vitórias políticas. Em 88, o que destacava a campanha era a diferença com relação aos outros candidatos. Luiza Erundina: uma mulher, nordestina, combativa ao lado dos movimentos populares. Dura nas críticas aos adversários. Quem não se lembra da memorável manifestação das professoras e professores, reprimida pelo governo estadual, cujo comandante da operação militar dizia que os professores agrediram os cavalos! Irreverência e denúncia no programa de TV. Governamos 4 anos, cometemos erros e acertos. Perdemos a eleição para Maluf em 92. Muitos acontecimentos marcaram a vida política brasileira desde então. O PT é uma força política nacional, oposição ao governo FHC. Temos experiências vitoriosas na administração de várias cidades. Não precisamos pedir desculpas a ninguém pelo que somos. Perdemos em 92 aqui em São Paulo principalmente pelo cerco imposto pelas classes dominantes. Ganharemos em 1996 se impusermos uma derrota política ao governo Maluf e ao candidato do Planalto. Esta disputa se dá afirmando o nosso projeto e criticando o do inimigo.

Manter a identidade

Quando a campanha anuncia: "Erundina, o PT que diz sim" está claramente anunciando o seu distanciamento de outro PT. O que diz não. "O PT que diz não" é o PT de Lula? É o PT da nossa bancada federal em Brasília? É o PT das nossas administrações? É o PT que está na CUT e na Central de Movimentos Populares?

O argumento que orienta esta estratégia está calcado na leitura de pesquisas onde aparece rejeição à nossa candidatura.

Temos experiências vitoriosas na administração de várias cidades. Não precisamos pedir desculpas a ninguém pelo que somos.

Interiorizar o significado da rejeição ao PT como um elemento da nossa candidatura é um equívoco que já custou caro ao partido. Basta lembrar da campanha de 1992, quando Maluf, entre os dois turnos, insistia na tese, na boca de jovens cantores, "não tenho nada contra o Suplicy, mas não quero o PT mandando aqui".

O antídoto recomendado parece ser autonomizar Erundina do PT e levar ao limite o "propositivismo afirmativo". A louvação ao SIM deriva daí. No panfleto confeccionado pela coordenação da campanha majoritária lê-se: "Vamos governar para toda a cidade. As medidas que forem acertadas, serão mantidas. As injustiças que foram cometidas, serão corrigidas". O SIM por São Paulo é traduzido num elenco de coisas boas para a cidade. O problema é que a centralidade da disputa política está na idéia de conflito. Sem criticar o governo Maluf desde um ponto de vista global até as suas políticas espe-

cíficas não há chance de vitória para o PT. Ironicamente a campanha do Pitta está muito "negativista": "Não deixe São Paulo parar", "Não deixe acabar com PAS", "Não deixe acabar com o Cingapura" são outdoors da semana.

A campanha entra na fase de maior exposição. Ainda é tempo de alterar esta rota e é urgente que sejam tomadas as medidas necessárias. Autonomizar a candidatura do PT, dividir o PT (dicotomia entre o que diz SIM e o outro), recuo na crítica ao nosso inimigo são opções que nos afastam da disputa política central. A vitória eleitoral só se consegue com vitória política sobre os adversários. A apresentação de propostas programáticas se dá no confronto com as demais propostas. A imagem da nossa candidatura e do partido é que dá até agora os índices de Erundina nas pesquisas. Sustentar este trunfo garante nosso potencial eleitoral, abandoná-lo pode significar restringir ao invés de ampliar. □

Diadema: crônica de uma farsa anunciada

FÁBIO PEREIRA

Desde a realização dos últimos Encontros Municipais, em abril do ano passado, Diadema tem estado presente nos debates internos do PT como exemplo de construção partidária com grandes elementos de degeneração. Milhares de filiações às vésperas do Encontro, dezenas de kombis e ônibus usados para transportar os filiados, uso e abuso de poder econômico marcaram um Encontro que elegeu sozinho mais de 20% dos delegados ao Encontro Estadual. Estes delegados garantiram a vitória da chapa da Articulação Unidade na Luta em São Paulo e, posteriormente, foram decisivos para sua vitória também no Encontro Nacional.

Mas, como já se sabia à época, o Encontro Municipal foi apenas o anúncio do que estava por vir, pois o que estava realmente em disputa é quem seria o candidato petista à sucessão de José de Filippi Jr., terceiro prefeito petista de Diadema.

Na preparação da prévia deste ano os métodos usados pelo deputado federal e ex-prefeito José Augusto Ramos para assegurar sua candidatura se radicalizaram, uma vez que agora ele conta com controle absoluto do Diretório Municipal e com apoio incondicional das direções estadual e nacional que ele ajudou a eleger. Mais algumas dezenas de milhares de filiados - o PT de Diadema tem hoje quase 40 mil filiados, que correspondem a cerca de 20% dos eleitores da cidade -, recusa do DM local de entregar a lista de filiados aos apoiadores da pré candidatura à prefeito de Joel Fonseca, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, proibição de acesso do candidato e de seus apoiadores à sede do DM, contratação de seguranças, foram alguns dos fatos registrados durante a disputa da prévia. Durante este processo o Diretório Estadual chegou a votar uma intervenção no DM local, mas os aliados de José Augusto no DR recorreram à Executiva Nacional, que anulou a decisão do DR. Ao final, como não poderia deixar de ser, vitória de José Augusto na prévia.

Ao final da apuração da prévia, o candi-

dato vitorioso declarou do alto de um carro de som não querer o apoio de Filippi nem de Joel à sua campanha e não querer sequer o voto dos petistas que tinham votado em Joel na prévia. A reação das direções estadual e nacional foi, como sempre, de fechar os olhos às barbaridades por ele cometidas (será dívida de gratidão?).

Mas, para quem pensa que a capacidade de José Augusto e seus aliados de cometer atrocidades contra a democracia e a ética partidária estava esgotada, ainda viriam surpresas. Após a escolha do candidato a prefeito, deveria ser realizado novo Encontro para escolher a chapa de vereadores. Novamente José Augusto tentou por todos os meios inviabilizar a participação daqueles que discordassem dele. Recusou-se a entregar novamente a lista de filiados que teriam direito a voto no Encontro. Cancelou a votação nos locais onde anteriormente a candidatura de Joel Fonseca fora vitoriosa ou obtivera votação expressiva.

Omissão e conivência

Frente a esse quadro e à recusa da Direção Estadual em assegurar previamente condições mínimas de democracia no Encontro, a chapa de pré candidatos a vereador que reunia a quase totalidade dos apoiadores de Joel na prévia (chapa 2) se recusou a participar do mesmo e exigiu sua anulação pela Direção Estadual. Esta, mais uma vez, se mostrou conivente com as manobras de José Augusto. Inicialmente, decidiu por maioria anular o Encontro. Uma reunião posterior reverteu a anulação, submetendo-se à pressão do deputado. E decidiu que as 25 vagas na chapa de vereadores deveriam ser distribuídas da seguinte forma: 17 vagas indicadas por José Augusto, 6 indicadas pela chapa que se recusou a participar do Encontro e duas pela



outra chapa que participara do Encontro.

Mesmo essa proposta somente foi aceita por José Augusto quando o Diretório Nacional ameaçou anular a convenção realizada por José Augusto. A reunião do DN decidiu também intervir no DM de Diadema e instaurar uma Comissão de Ética para apurar as irregularidades cometidas.

Mais uma vez, quem pensou que havia limites na conivência com José Augusto se enganou. No encaminhamento para o registro legal dos membros indicados pela chapa 2, a Executiva Nacional entendeu por bem substituir arbitrariamente e inexplicavelmente a candidata indicada em sexto lugar pela chapa (Irene dos Santos) pelo atual vereador João Paulo de Oliveira, que se retirara do processo e não era membro da chapa. Apesar da decisão do DN, a intervenção no DM e a Comissão de Ética não foram até agora encaminhadas e aparentemente se transformarão em letra morta.

Nos próximos encontros, aguarda-se novos apelos à ética, ao companheirismo e à fraternidade por parte dos mesmos que patrocinaram e continuam patrocinando atitudes que do projeto do PT só guardam a sigla. □

O desafio de São Bernardo

ENTREVISTA COM WAGNER LINO, CANDIDATO A PREFEITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Wagner Lino, metalúrgico e deputado estadual, é o candidato do PT à prefeitura de São Bernardo do Campo. No berço do PT, enfrenta não apenas a direita tradicional local mas também Maurício Soares, ex-prefeito, eleito pelo PT em 1988, e que concorre agora como candidato do PSDB.

Como você avalia o quadro dessas eleições?

Um dos ingredientes fundamentais dessas eleições é que o governo quer hegemonia na sociedade para viabilizar o projeto neoliberal. Esse projeto, do qual já estamos vendo o desastre que causou no Chile, na Argentina, no México, já está mostrando suas conseqüências no Brasil. Por esta razão, temos dito que, nestas eleições, não se trata meramente de saber se se vai votar em um partido ou outro, em um indivíduo ou outro no âmbito municipal: está em disputa, nas prefeituras e nas Câmaras Municipais, um projeto de país. Ou nós queremos um projeto que sirva aos trabalhadores, que alavanque o desenvolvimento em nosso país, crie uma nova situação econômica, ou teremos outro projeto vitorioso, que é o projeto do desemprego, da abertura indiscriminada das importações, do avanço da política neoliberal, do assassinato dos trabalhadores do campo, do aumento da repressão, da quebra do movimento sindical. São esses os dois projetos que estão em disputa.

E como o PT está defendendo esse projeto alternativo nestas eleições?

Do meu ponto de vista ainda estamos extremamente acañados. Do que tenho visto, a maioria dos setores do PT estão jogando mais no sentido de dizer que somos competentes, capazes de gerir o Estado, de que somos bons de governo, mas sem dar a isso um conteúdo de crítica ao modelo de Estado. Assim, se passa o sentido de que também somos capazes de enxugar a máquina (como está acontecendo no caso com o Vitor Buaiz no Espírito Santo) ou responder às reivindicações do funcionalismo com polfícia. Isso leva a um beco sem saída, a apresentar um programa também de conteúdo neoliberal. Uma política de fraca oposição ao governo, uma política medrosa frente ao projeto neoliberal, não nos dá credibilidade junto à população.

Mas é viável apresentar essa alternativa no período eleitoral?

Temos que ter uma política clara de oposição ao governo federal, ao governo do Estado. A população pode enxergar a entrega da nossa economia, as privatizações, como nós estamos vendo em São Paulo, ou o fechamento das fábricas, o desemprego permanente que atinge várias regiões, e no ABC tem muito peso. Ou ainda a demagogia sem nenhuma efetividade na área da saúde, da educação, da reforma agrária etc. Temos um inimigo claro: o projeto representado pelo PSDB, o PFL, o PTB, o PMDB e seus aliados. A dificuldade aparece, também, porque não temos visto esta firmeza no movimento sindical e mesmo dentro do partido. A consolidação deste projeto do governo Fernando Henrique, também do ponto de vista eleitoral, terá conseqüências sérias daqui a dois anos, na disputa presidencial.

Dentro deste projeto, qual o sentido de ganhar uma prefeitura?

A prefeitura tem sentido em um projeto petista se for efetivamente um instrumento que possa não apenas

atender às reivindicações da população, utilizando de forma criteriosa o dinheiro público, organizando a população para que ela participe do governo e tome consciência de que ela é capaz de gerir a própria prefeitura, o próprio Estado; mas, principalmente, que a população se conscientize -ao conviver com um governo local de conteúdo radicalmente democrático- da necessidade de se inverter a lógica do poder dentro do país. A prefeitura tem que ser uma instância de luta para ampliar nossa capacidade de disputa de um projeto global no âmbito nacional, .

E como se constrói esta perspectiva?

Podemos pensar, por exemplo, na experiência de Diadema. Do ponto de vista de atendimento, de infra-estrutura, nós queremos uma prefeitura como Diadema. Mas queremos muito mais. Do ponto de vista político queremos que o trabalhador compreenda qual é o seu papel, a sua função na tomada do poder para os trabalhadores, que não é conseguido através do processo meramente eleitoral. E os passos são construídos já nas definições tomadas para a campanha. Muitas vezes prevalece a lógica de se tentar ganhar a prefeitura a qualquer custo, fazendo acordos que descaracterizam o partido. Isso levou o PT, em alguns municípios, a fazer aliança até mesmo com o PFL e com o PSDB, procurando dizer que esses partidos se contrapunham de alguma forma ao governo.

E como é enfrentar como adversário um ex-prefeito do PT como candidato do PSDB?

A verdade é a seguinte: o Maurício Soares contou, dentro do PT, com um apoio acrítico por muito tempo. Havia forças do PT que o respaldavam. E tivemos muita dificuldade de combatê-lo internamente, por esse respaldo. Ele chegou, por exemplo, a se contrapor à decisão do partido apoiando ativa e abertamente Fleury (PMDB) para governador no segundo turno de 1990 e se manteve incólume. É evidente que Maurício Soares não é um fruto isolado. Era a expressão de uma política, que nós combatemos sistematicamente, de perda de referência do coletivo partidário.

Nas eleições de 1988, quando ele aparecia com 3%, nós fizemos todo um trabalho de colar o Maurício aos 30, 32% que o partido tinha. Nossa dura tarefa agora é o inverso: desfazer na cabeça da população o vínculo do Maurício com o PT. É a mesma dificuldade que está tendo o PT de Campinas para desvincular Jacó Bittar da imagem do PT. Não é fácil porque a nossa administração de 88/92, ou seja a administração do Partido dos Trabalhadores foi uma administração que deixou marcas profundas na população, levada a cabo não por Maurício Soares, mas por milhares de militantes. Um desafio que retomamos agora. E com a convicção de que uma vitória do PT em São Bernardo do Campo tem uma simbologia importante na reconstrução do projeto político que deu vida ao PT. □



A prefeitura só tem sentido em um projeto de se inverter a lógica do poder dentro do país. Neste sentido, amplia nossa capacidade de disputa de um projeto global.

Por onde começar?

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

A análise de conjuntura tem a finalidade de examinar os fatos correntes para extrair deles indicações sobre o momento do processo político que se desenvolve no país. Trata-se de identificar tendências e movimentos, bem como de encontrar linhas de ação para modificar a situação encontrada.

O momento do processo é bastante claro: estamos diante de uma ofensiva da direita. As mesmas forças que vêm dominando plutocraticamente o país - esse amálgama de latifúndio, classes proprietárias urbanas e imperialismo - estão dismantando as instituições econômicas e políticas que, no final das contas, elas mesmas criaram, a fim de estabelecer outro ciclo de dominação sobre o povo brasileiro. Com esse objetivo - e para atender às imposições dos centros decisórios do sistema capitalista internacional - estão alienando as riquezas nacionais, firmando tratados internacionais que comprometem o desenvolvimento da nossa economia e investindo contra os direitos conquistados pelos trabalhadores nos períodos anteriores da nossa história. Para

O problema das ocupações de terra mostra, antes de mais nada, a estreiteza da margem de modernização social do país.

RICARDO GIRALDEZ



conservar-se no poder e modernizar a dependência, aprofunda o fosso social que já divide o país.

Em que medida os fatos observados nestes últimos meses permitem vislumbrar formas de ação política aptas a modificar essa situação?

Insatisfação e greve geral

O processo de dismantamento da economia e do Estado herdado da era getuliana entrou naquela fase em que se torna difícil esconder ou protelar seus efeitos sociais mais perniciosos. A população começou a perceber que controlar a inflação não resolve tudo. Por outro lado, a massa operária organizada em sindicatos sentiu que não poderia manter-se por muito mais tempo inativa diante dos assaltos aos seus direitos. Sinais dessa mudança foram a queda dos índices da popularidade do governo e a greve geral.

Seria um exagero afirmar que a greve tenha sido um sucesso, mas, obviamente, não foi o fracasso que a *mídia* do "establishment" apregoou. Ela mostrou que as centrais sindicais podem realizar ações de massa conjuntas e que o operariado urbano organizado está disposto a correr riscos para assegurar seus direitos. Assinala-se ainda a simpatia da população pelo protesto.

Tratando-se de uma ação de mera advertência, os resultados da greve, na verdade, só poderão ser medidos daqui para a frente. Se não houver seguimento, o esforço tenderá a anular-se.

Sem dúvida, tanto a queda da popularidade do Presidente como a greve geral abrem importantes espaços de ação oposicionista para as forças populares. A ocupação eficaz desses espaços, contudo, não está assegurada, pois, para tanto seria necessário que aquelas forças dispusessem de instrumentos adequados e atuassem segundo uma estratégia correta - o que não está dado.

Tensão social no campo

A partir do massacre de Corumbiara, em agosto do ano passado, o governo fez alguns movimentos tímidos na direção da modernização das relações sociais no campo: promoveu o cargo de Presidente do Incra na hierarquia política do governo; acelerou as desapropriações; comprometeu-se publicamente com a aprovação de algumas leis que permitem institucionalizar juridicamente a apropriação de terras vagas nas regiões da fronteira agrícola.

Não demorou para que esse tímido avanço esbarrasse no veto do latifúndio, obrigando o governo a voltar atrás. A tática que este parece estar adotando, a fim de disfarçar esse recuo, consiste em provocar alarme na opinião pública com a afirmação de que os sem terra perderam o controle das ocupações. Se esse resultado for obtido, o governo terá a justificativa que está buscando para lançar uma forte repressão contra o MST.

O problema das ocupações de terra apresenta uma série de aspectos extremamente importantes para a caracterização do momento que estamos vivendo e das possibilidades de luta popular. Mostra, antes de mais nada, a estreiteza da margem de modernização social do país. O latifúndio não está disposto a ceder nada. Isto vai acirrar a contradição que joga os sem terra contra o sistema, apontando para direções as mais diversas. Não há elementos para prever qual delas será ado-

tada pelos sem terra, mas não cabe dúvida de que o campo continuará sendo um foco permanente de tensão e de instabilidade do sistema político. Daí a importância crucial da reforma agrária na formulação de uma tática correta de combate ao projeto neoliberal.

As ocupações mostram ainda a importância do esforço concebido ao longo prazo, baseado na organização e na capacitação. As ocupações - que são um fato social independente do MST - não teriam tido a importância política que estão tendo, se não houvesse uma organização capaz de conseguir esse resultado.

Eleições municipais

Não há previsão de novidades maiores nas eleições municipais. Isto não significa a impossibilidade de surpresas. Mas estas não afetarão o saldo final: a maioria esmagadora dos prefeitos e vereadores será de direita, assegurando a estabilidade da base da pirâmide de poder em que se assenta a dominação da elite.

A partir desta constatação, parece razoável admitir que o objetivo central da tática das forças populares, nesta campanha, seja a propaganda. Aproveitar a "abertura" que a lei eleitoral impõe à mídia e o crescimento do interesse das massas pela política, característico dos períodos eleitorais, para atacar fortemente a política do governo e apontar para uma alternativa global a ela. Um segundo objetivo, derivado do primeiro, será o de ligar a campanha eleitoral ao movimento social, ou seja, articular a mobilização eleitoral à luta pela terra, pelo teto e pelo trabalho. Obviamente, estes objetivos centrais não são incompatíveis com a organização de campanhas "prá vencer", naqueles municípios em que isto seja uma possibilidade real e não uma fantasia.

O grande obstáculo para a concretização de uma tática formulada a partir desses parâmetros é a "cultura eleitoralista" que já penetrou fundo nos partidos do campo popular. De acordo com essa cultura, o bom candidato jamais diz aquilo que o eleitorado não quer ouvir. Como o que "o eleitorado não quer ouvir" costuma ser ditado pela mídia do "establishment", o resultado é que o candidato do campo popular acaba pronunciando um discurso que, em substância, em nada difere do discurso dos outros candidatos. Nestes casos, como já assinava ninguém menos que Harry Truman, "o eleitor tendo de optar entre um candidato esquerdista que se esforça por se parecer da direita e um direitista declarado, o eleitor prefere o autêntico".

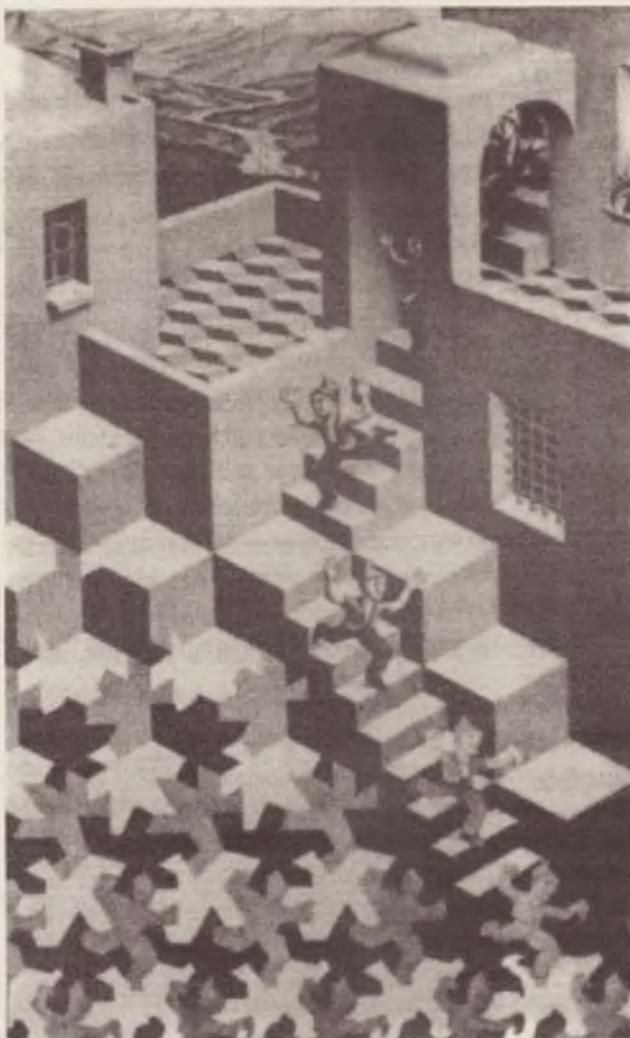
Perspectivas e obstáculos

Os fatos mostram insatisfação crescente do operariado e classes médias e agravamento da tensão social no campo, abrindo mais espaços de ação política opostora do que no primeiro ano de governo. Mas para avaliar a importância dessa abertura, é preciso considerar o objetivo que se tem em mente. Se se trata de realizar uma luta de fôlego para destruir o sistema dominante e substituí-lo por um poder verdadeiramente popular, não basta aproveitar o clima de insatisfação para retardar uma ou outra reforma neoliberal ou obter alguns sucessos eleitorais. O sistema tem muito fôlego e recuperará logo adiante o que tiver perdido em alguma dessas refregas.

Para atingir o sistema, a ação oposicionista precisa somar à insatisfação das camadas já incorporadas, a insatisfação das multidões marginalizadas e excluídas - insatisfação das multidões que tem vindo à tona das mais diversas formas, inclusive nestas formas larvares de verdadeira guerra civil que tomaram conta de algumas periferias urbanas.

Isto requer uma clareza quanto aos objetivos e aos métodos de ação política que não se conseguiu até agora.

Trata-se substancialmente de formular e apresentar



para o conjunto da nação uma proposta global alternativa à proposta neoliberal e que resolva - no interesse do povo - as duas contradições históricas da sociedade brasileira: a contradição elite dominante - massa dominada, mediante a extensão efetiva da cidadania a todos; a contradição nação - imperialismo, mediante a ampliação da autonomia dos centros decisórios nacionais e das possibilidades efetivas de defesa da soberania.

Sem esse claro norte, não há como formular uma linha estratégica (objetivos intermediários encadeados) nem como deduzir desta uma tática adequada para cada momento da conjuntura.

A maior dificuldade que o PT enfrenta para formular esse objetivo e essa estratégia decorre do descompasso entre sua atual estrutura e forma de atuação e as estruturas e formas de atuação que derivam logicamente dos objetivos e da estratégia mencionados.

O PT nasceu e cresceu em outro momento da história do país. Sua estrutura e forma de atuação expressam as respostas que o partido conseguiu dar aos desafios daquele momento. Tudo aquilo é passado e precisa ser substituído por estruturas novas e novos métodos de ação; porque os objetivos e a estratégia modificaram-se.

Por insistir em não enfrentar esse problema, o PT tem adotado uma tática inadequada para enfrentar a ofensiva neoliberal. Qual a tática? Diluir suas poucas forças ao longo de todas as frentes de luta que o governo toma a iniciativa de abrir. Resultado: derrota em todas as ocasiões. Parece evidente que só há possibilidade de evitar esse resultado fatalmente adverso e de obter vitórias que, embora parciais, sejam cumulativas e preparem enfrentamentos futuros mais decisivos: é concentrar forças em pontos estratégicos e tornar, nesses pontos, a iniciativa de confronto.

Por onde começar o esforço de superação dessas dificuldades? Parece que o lógico seria: fixar o objetivo, desdobrá-lo em uma estratégia; deduzir dela uma tática; ajustar a estrutura às exigências da estratégia e da tática; revisar os métodos e estilo de ação política. □

Plínio de Arruda Sampaio é membro do Diretório Nacional do PT.

Uma alternativa à proposta neoliberal deve resolver as duas contradições históricas da sociedade brasileira: a contradição elite dominante - massa dominada, e a contradição nação - imperialismo.

Acumulação não capitalista de capital

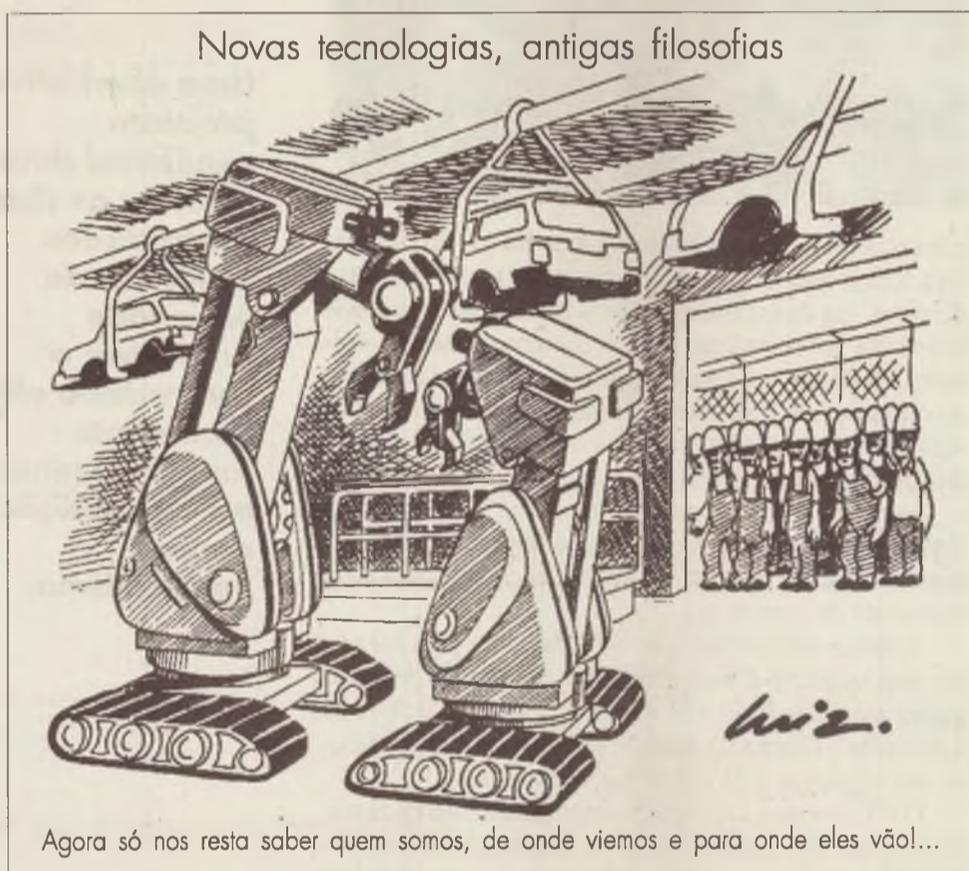
PAUL SINGER

No dia 3 de julho passado, por iniciativa do mandato do vereador Italo Cardoso, foi realizado um debate na Câmara Municipal de São Paulo sobre "Alternativas de combate ao desemprego". Reproduzimos a seguir a intervenção do companheiro Paul Singer, economista do PT e ex-secretário de planejamento da gestão Luíza Erundina.

Desemprego e contradição capitalista

A questão do desemprego é, talvez, a contradição mais lancinante da atual etapa de desenvolvimento do capitalismo internacional.

Há uma crise de desemprego em praticamente todo



A questão do desemprego é, talvez, a contradição mais lancinante da atual etapa de desenvolvimento do capitalismo internacional.

o Primeiro Mundo, principalmente na Europa, mas que se estende também a países que estão se integrando à economia global, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina e da Ásia.

Esse desemprego que estamos enfrentando hoje no Brasil é o desemprego global, é o desemprego da globalização, resultante do Plano Real, que para conter o aumento de preços, principalmente dos produtos industriais e agrícolas, abriu a economia brasileira às importações. Mercados que estavam bem protegidos foram transformados em ultra-competitivos, e começou uma nova onda de demissões, principalmente nas indústrias, mas também nos bancos e outras áreas do setor de serviços.

Desempregados de novo tipo

Um aspecto importante dessa nova etapa do desemprego nos dois últimos anos é que ela atinge de forma violenta a assim chamada classe média, ou seja, os empregados de escalão mais alto, executivos, os técnicos.

A hierarquia empresarial mais elevada teve uma redução de postos de trabalho entre 20 e 40% entre os

anos 1990 e 1994, isso até o primeiro semestre de 94. Os dados são impressionantes porque mostram que hoje o exército industrial de reserva abrange desde trabalhadores não-qualificados, pouco qualificados, trabalhadores que têm experiência, têm especialização, inclusive um número não pequeno de pessoas altamente qualificadas, com experiência empresarial e administrativa e que não obstante não encontram emprego.

Autônomos e pequenas empresas na encruzilhada

No mundo inteiro o combate ao desemprego está sendo tentado por meio de criação de micro e pequenas empresas e da habilitação das pessoas para trabalharem por conta própria. As pessoas que recebem auxílio-desemprego são obrigadas, em geral, a fazer cursos para aprender novas profissões, para aprender a trabalhar como autônomos e, se se dispõem a tanto, recebem pequenos empréstimos. Isso indica a estratégia possível de combate ao desemprego, por meio de uma nova acumulação de capital, uma acumulação não do grande, mas do pequeno capital.

Como se pode enfrentar o desemprego? Quero chamar a atenção para que essa tentativa de transformar os desempregados em microempresários, em trabalhadores por conta própria, fracassa em uma medida muito grande. As pessoas podem ser treinadas, as pessoas recebem determinado capital inicial, ou têm esse capital, porém, no segundo ano, em média 70% das pessoas que iniciaram esses negócios simplesmente quebram, desistem.

A explicação dessa altíssima "taxa de mortalidade" de pequenas empresas está exatamente nesse caráter supercompetitivo dos mercados hoje em dia, abertos inclusive ao produtos do mundo inteiro e, portanto, exigindo de quem queira competir níveis de eficiência extremamente elevados.

Então, o problema é que o mercado atual é extremamente excludor, não dá espaço para essas pequenas empresas. Não existe demanda suficiente para que esses ex-empregados tenham a possibilidade de se reintegrar por conta própria na atividade produtiva.

Os "Bancos do Povo"

Uma das soluções aventadas, que tem sido utilizada sobretudo em países asiáticos, mas também em países da América Latina, e que começa a ser implementada em vários municípios por prefeituras do PT, é o banco do povo.

O banco do povo é uma instituição que cria um agente de crédito nas comunidades mais pobres. É o caso de Porto Alegre. Esse agente é pago de acordo com o mercado, organiza um consórcio entre profissionais autônomos, microempresários, entre 5 a 10 pessoas, que aceitam fazer uma pequena poupança sistemática e esse volume é depois sorteado entre os membros do consórcio.

O banco do povo empresta para esses consórcios, empresta para os microempresários ou trabalhadores que fazem parte do consórcio, que não tenham propriedades para dar de garantia ao banco. Portanto, setores que estão fora do mercado bancário convencional.

Em Porto Alegre tem o *Porto Sol* funcionando nessa base. Em Brasília tem uma atividade da mesma na-

tureza e certamente, se ganharmos as eleições em São Paulo vamos implantar um banco do povo na cidade.

Nova acumulação

Trata-se, então, de dar uma resposta ao isolamento que o trabalhador por conta própria ou o microempresário sofre no mercado. Dentro de um grupo de solidariedade eles se apoiam mutuamente e aumentam a sua capacidade de produzir. Aqui em São Paulo, onde o desemprego é muito grande, acho que deveríamos criar um setor relativamente protegido para que essas pequenas empresas e trabalhadores por conta própria possam ter o seu período de aprendizado.

A idéia seria criar uma grande cooperativa de produção e de consumo em que as pessoas ou grupos que se tornem membros, tomem o compromisso de comprar uns dos outros.

Se conseguíssemos criar um setor de 500 mil pessoas, que não é nenhum absurdo, pois temos quase um milhão e 400 mil desempregados só na Grande S. Paulo, esse grande conjunto de pessoas formaria um mercado cativo, mercado preferencial. Ali as pequenas empresas e trabalhadores por conta própria poderiam se desenvolver ainda que não apresentassem qualidade tão boa ou preços tão convidativos quanto os produtos importados ou quanto as empresas que já estão há muito tempo no mercado e têm prestígio, experiência e eficiência.

Ou seja, é preciso avançar no processo e criar uma segunda acumulação de capital, uma acumulação de capital não capitalista, no fundo porque a acumulação capitalista é uma acumulação excludora em função das condições internacionais que se criaram de competição nos grandes mercados.

É preciso criar, portanto, uma acumulação que abra aos hoje desempregados uma real possibilidade, mediante apoio externo, técnico e financeiro e, sobretudo, através da criação de um mercado relativamente protegido.

Mercado cativo, moeda própria

Então, se as pessoas derem preferência aos seus próprios companheiros de atividade na cooperativa, ao gastar o dinheiro que ganham dentro dela, poder-se-ia adotar uma moeda própria.

Se tem o real para a economia geral, deverá haver outra, vamos a chamar de "sol", de solidariedade, onde o próprio banco do povo emite essa moeda para as pessoas que estão na cooperativa e que aceitariam a mesma na venda dos seus produtos e serviços e teriam de gastá-la evidentemente nos estabelecimentos ou com os profissionais que se comprometerem a aceitá-la.

Estaria se criando, dessa maneira, uma possibilidade muito maior de que se reintegre de forma gradativa e em massa, milhares e milhares de pessoas que hoje estão praticamente marginalizadas.

Gostaria de chamar a atenção para o seguinte: um esforço dessa natureza, sobretudo em São Paulo, terá de ser feita em escala, senão, não dará certo. Já em outros locais poderá haver um consórcio de municípios.

Nesta economia solidária o conjunto cria uma sinergia positiva com o aumento da eficiência, aumento da produtividade, da competitividade e as pessoas, em vez de serem auxiliadas, passam a ter sua dignidade restaurada tendo absoluta consciência de que estão produzindo e merecendo a renda que recebem por seu trabalho.

Gostaria de insistir em que se apostarmos em mudanças políticas gerais, vindas do governo federal, vai levar tempo. Em segundo lugar, não temos muita certeza de que os seus efeitos serão suficientemente rápidos e fortes para resolver o problema que é agudo em nossa cidade e em todos os centros industriais do Brasil.

A proposta não necessita de muito dinheiro, necessita sim de uma grande mobilização da sociedade, para que uma nova forma de acumulação permita reintegrar através de uma ampla economia que chamaria de solidária e não capitalista, os desempregados de nossa cidade. □

É preciso uma nova estratégia de combate ao desemprego, por meio de uma nova acumulação não do grande mas do pequeno capital.

O movimento sindical frente ao desemprego

TIAGO NOGUEIRA

Tiago Nogueira, diretor do Sindicato dos Químicos do ABC e presidente da Associação de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (Anteag) também participou do debate. Publicamos aqui um extrato de sua intervenção, onde faz um balanço da atuação do movimento sindical e traça um panorama das experiências de autogestão e cooperativas de produção.

O movimento não está dando resposta

Em relação à luta contra o desemprego o movimento sindical está na defensiva. Não conseguimos achar uma resposta para a questão imediata de gerar emprego.

Por exemplo, a bandeira da redução da jornada de trabalho consta de todas as pautas de reivindicação, mas raramente é uma prioridade colocada na luta concreta. Seria de fato um elemento que geraria emprego, muito embora o setor empresarial diria que com isso as empresas vão perder competitividade, o que iria agravar o problema maior etc.

Mas, de fato, essa é a luta histórica do movimento dos trabalhadores a nível inter-

nacional. Para gerar emprego tem que se reduzir a jornada de trabalho, sem reduzir os salários. E eu não consigo perceber esse empenho hoje, seja na CUT ou outra central sindical. Um trabalho efetivo para preparar isso.

Analisando a experiência internacional, por exemplo na Alemanha, os trabalhadores conquistaram a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais depois de uma greve de 120 dias no setor metalúrgico. Foi uma greve preparada durante 4 anos e todas as grandes fábricas metalúrgicas ficaram em greve nesse período. Para reduzir de 40 para 38 horas, foram 59 dias de greve, o que também foi preparado por um longo período.

E a Alemanha continua enfrentando o problema do desemprego. A bandeira atual é a redução para 35 horas semanais.

No Brasil ainda temos um problema adicional. É o volume de horas trabalhadas. No meu setor, o ramo químico, há uma média de 12% de horas extras trabalhadas por mês. Mas como o salário está muito archoado é difícil pedir ao trabalhador que pare de fazer horas extras.

O movimento sindical tem um desafio muito grande que não estamos conseguindo dar resposta. Foram esboçadas algumas políticas pontuais, como na Câmara Setorial, uma experiência bem sucedida, ainda que tenha-

mos críticas a algumas coisas que foram acordadas. Além disso, não houve prosseguimento, porque o atual governo não quer nenhum tipo de política desse tipo.

A alternativa autogestionária

No Brasil, começam a surgir agora grupos de trabalhadores que estavam desempregados e ao contrário de querer montar seu próprio negócio, ou abrir uma loja, um comércio, resolveram criar cooperativas ou associações para tocar empresas.

São cerca de 100 empresas no Brasil, empregando aproximadamente 15 mil trabalhadores, que conseguiram financiamentos de bancos públicos para aquisição de máquinas, suprimentos e estão se desenvolvendo.

Igual caminho foi seguido no movimento sem terra. A partir das cooperativas agrícolas seguiram em frente e estão criando agro-indústrias. Por que produzir pêssego e vendê-lo para alguém, se é possível produzi-lo, enlatá-lo e vender pêssego em calda. Agrega-se valor ao produto e se ganha mais.

Estas são experiências que estão surgindo no Brasil. Não são muito divulgadas até por uma questão ideológica. Fazem parte da alternativa ao desemprego.

Um socialismo para nosso tempo

DANIEL BENSARD

Daniel Bensard tem se dedicado, no último período, a analisar a crise ideológica da nossa época e a atualidade da luta pela socialismo. Publicamos recentemente (ET 285 e 287), extratos e análise de seus últimos livros. Durante o Acampamento de Juventude na Europa, em 1995, em linguagem dirigida aos jovens, Bensard fala sobre o sonho de ser revolucionário no mundo de hoje. O tema será retomado na próxima edição.

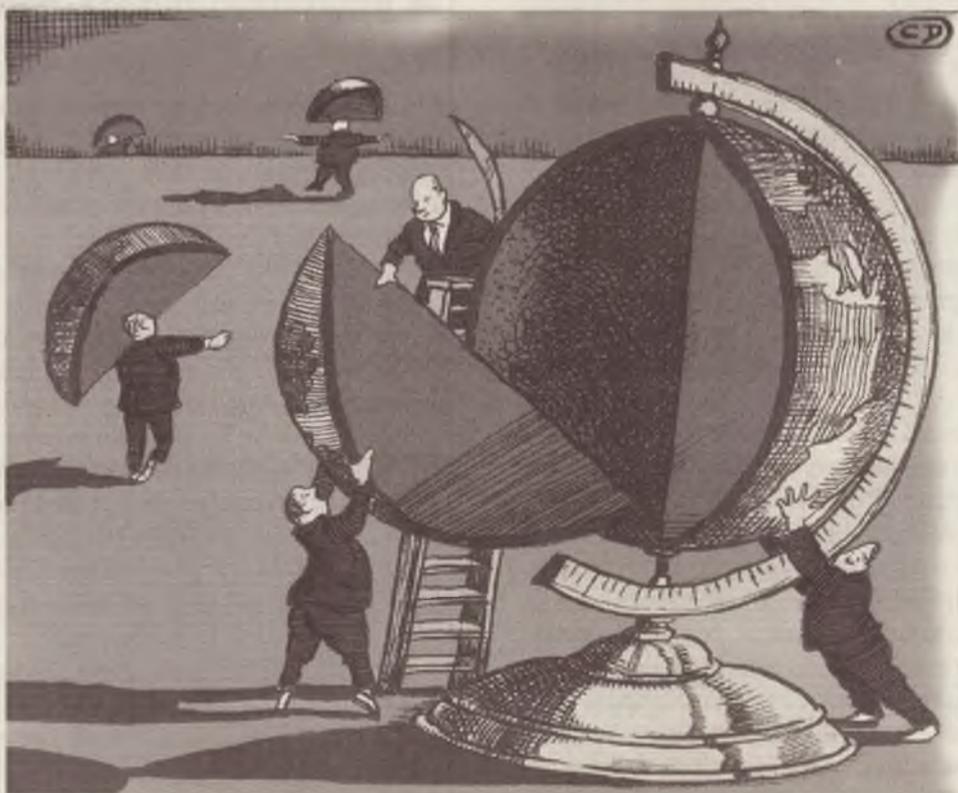
Depois de 1968, era quase de moda ser revolucionário e viver a ilusão de que a revolução seria fácil (como um “jantar de gala”). Exigia-se “tudo e já”. Essa consciência feliz explica-se em parte pelos trinta (“gloriosos”) anos de crescimento praticamente ininterrupto desde a guerra mundial. Hoje, depois dos desastres no Leste, muitos se perguntam se a revolução e o socialismo ainda são desejáveis. Outros, convencidos de que é necessário mudar o mundo, duvidam de que seja possível.

I. Recolocar o problema nos seus eixos

1. Não somos órfãos de um modelo de sociedade. E menos ainda na medida que os regimes que entraram em colapso com o Muro de Berlim e a desintegração da URSS nunca foram, a nossos olhos, modelos do que quer que fosse. A luta pela emancipação humana não consiste em opor um modelo a outro. Parte antes da resistência contra as injustiças, as humilhações, o desprezo generalizado, em um mundo em que os 20% mais ricos se apossam de 85% das riquezas, enquanto que os 20% mais pobres partilham menos de 2%. Esta ordem planetária mercantil, portadora de desigualdades e de violências, pura e simplesmente, não é aceitável.

2. O desemprego e a exclusão massivos são a ilustração espantosa de quão absurdo é este sistema. Os formidáveis ganhos de produtividade tornam possível a produção de tantas ou mais riquezas em cinco vezes menos tempo do que era possível há cinquenta anos atrás. Este tempo economizado poderia ser consagrado a outras coisas: uma redução massiva do tempo de tra-

É mais necessário do que nunca mudar o mundo. O papel dos revolucionários é fazer com que essa necessidade se torne possível.



balho e uma transformação do próprio trabalho, condição de uma participação ativa de todos e de todas na vida da cidade; ou a satisfação das necessidades sociais (habitação, educação, saúde, cultura). Quais são os critérios, e quem os define, que permitem decidir que o investimento em educação é excessivo ou o cuidado com a saúde exagerado? Por que é que as vendas de automóveis são consideradas boas para a economia e as despesas com saúde más?

Esta irracionalidade crescente da lógica do capital (que faz com que a criação 700 mil empregos possa ocasionar uma queda na Bolsa de Nova Iorque), que tudo mede e que organiza a sociedade na base da troca de tempos de trabalho, é em si mesma a demonstração dos limites desta medida miserável. (...)

3. A devastação do meio ambiente e a pilhagem despreocupada das energias não renováveis representam uma outra manifestação desta irracionalidade inerente a esta medida miserável das relações sociais. A procura desenfreada do lucro a curto prazo leva a ignorar o médio e o longo prazo (poluição, desflorestamento, reciclagem dos resíduos ...). “Depois de mim o dilúvio” aparece como a divisa da corrida ao lucro. Destrói a solidariedade entre gerações, tão necessária para a reprodução da espécie. Só uma economia politicamente controlada, que integre as exigências de longo prazo, será capaz de satisfazer as principais necessidades sociais sem devastar a natureza.

4. A crise atual dura desde os anos setenta, sem que os breves episódios de retomada do desenvolvimento sejam suficientes para fazer diminuir o desemprego, mesmo nos países ricos. Não se trata de um mero problema de rentabilidade das empresas. Os lucros foram crescendo sem que isso levasse a um aumento do investimento produtivo e à criação de emprego. É a especulação financeira que tem se beneficiado. Na realidade, esta crise é uma crise global da acumulação do capital e da reprodução das relações sociais. A burguesia pode superar esta crise, mas será ao preço de fortes prejuízos para os explorados e oprimidos. A pretexto da mundialização, uma nova partilha dos territórios e dos espaços (econômicos, jurídicos, de comunicação) está em curso. Esta grande mutação não poderá ser pacífica. Já está acompanhada de tragédias (Bósnia, Ruanda, Chechênia), que não são guerras de outras eras, antes se inserem nesta reorganização planetária. Guerras, desemprego e exclusão, perigos ecológicos, anunciam um futuro que já não é futuro. Mesmo as ilusões do progresso, segundo as quais as futuras gerações viveriam necessariamente melhor do que as precedentes, tendem a ser destruídas. É mais necessário do que nunca mudar o mundo. O papel dos revolucionários é fazer com que essa necessidade se torne possível.

II. Uma outra idéia de progresso

Com efeito, o formidável desenvolvimento dos conhecimentos e das capacidades técnicas não arrasta consigo mecanicamente o progresso social e cultural correspondentes. Sob o reino do capital, progresso e regressão continuam a estar indissociavelmente ligados. Devemos, portanto, conceber critérios de progresso que não se reduzam ao desempenho da grande indústria ou da “conquista do espaço”. Com o risco de alguma simplificação, sublinho os seguintes três critérios:

1. A redução massiva do tempo de trabalho, tornada possível pelos grandes ganhos de produtividade. Isso implica uma mudança radical da relação com o traba-

lho e com o próprio conteúdo do trabalho. Esta redução da parte da vida consagrada a um trabalho escravizado e alienado é a primeira condição para o desenvolvimento democrático da sociedade, em que todas e todos teriam os meios para exercer plenamente as suas responsabilidades e o seu controle sobre o poder. É também a condição para o livre desenvolvimento de cada um(a). A admirável diversidade dos indivíduos constitui, com efeito, uma oportunidade fundamental, não para celebrar a individualidade ilusória e mutilada pela uniformização mercantil, mas para desenvolver realmente um indivíduo criativo, cujas necessidades pessoais e coletivas possam se tornar cada vez mais ricas e diversificadas. Os seres humanos poderiam reencontrar, assim, o sentido do jogo e os prazeres do corpo, hoje submetidos ao princípio da rentabilidade e às regras do grande espetáculo em que foram transformados os esportes.

2. A qualidade das relações entre o homem e a mulher (e reciprocamente) é também um outro critério de progresso, na medida em que constitui a primeira experiência simultânea do outro (e da diferença entre os sexos) e da universalidade da espécie. De forma mais geral, em todo o lugar onde subsista uma relação de dominação e de opressão das mulheres pelos homens, o estrangeiro, o mestiço, o que vem de fora, o outro que existe dentro de mim, serão também uma ameaça. O apoio à luta das mulheres pela igualdade dos direitos, contra as violências, pelo direito a dispor do seu corpo, inscrevem-se desde já nessa perspectiva.

3. Trata-se finalmente de trabalhar para o desenvolvimento de uma humanidade realmente universal e solidária, através de um desenvolvimento realmente planetário da produção e da comunicação, através do enriquecimento de todos pela contribuição das suas diferenças. (...) Sob a ditadura do FMI, do Banco Mundial, ou da Organização Mundial do Comércio (especificamente através da utilização da dívida externa), a universalização tem como contraponto, no outro extremo, uma corrente de xenofobia e racismo, os temores religiosos, o fechamento das comunidades em si mesmas e uma cadeia de pânico das identidades. O internacionalismo generoso e solidário continua a ser uma idéia nova.

III. Que socialismo queremos?

Não se trata de buscar um modelo de alternativa ou de traçar os planos de uma sociedade ou cidade perfeitas. O futuro acontece enquanto se caminha, a partir das contradições reais da ordem existente. Mas qualquer projeto revolucionário tem a sua parte de sonho. É preciso sonhar para explorar o campo do possível.

1. Imaginar um mundo em que a jornada de trabalho seja reduzida à metade. O que implica trabalhar de outra forma, ter o tempo de se instruir e de se educar ao longo de toda uma vida, de escapar às especializações definitivas, de poder ser simultaneamente trabalhador e também poeta, pintor ou músico. (...) A redução do tempo de trabalho é a condição de uma metamorfose e de um desaparecimento da divisão social do trabalho, tanto na produção como entre os sexos.

2. Produzir para as necessidades da maioria e não para uma corrida cega aos lucros e aos privilégios. (...) Uma tal perspectiva é inconcebível sem tocar na sacrossanta propriedade privada dos grandes meios de produção e de comunicação. Como é que se pode adaptar a produção às necessidades, controlar a longo prazo o meio ambiente, coordenar os esforços e libertar a pesquisa básica dos critérios imediatos de rentabilidade, critérios estes que deixam a concorrência e o mercado tomar as decisões a curto prazo, tudo isso à revelia dos cidadãos? Como pretender garantir o direito à habitação sem colocar em questão a propriedade fundiária? Sem atacar o despotismo da empresa, como se pode assegurar que as transferências de ganhos de produtividade sejam feitas para o desenvolvimento de um sistema de saúde, de educação, não estatizados mas socializados? Apesar dos discursos mais recentes sobre a cidadania da empresa e apesar dos direi-



SYLVIE FRENILLOT

tos sindicais ameaçados, a realidade da empresa submetida à lei do lucro é o despotismo patronal e não a democracia. As polêmicas a propósito das privatizações e do serviço público ilustram a questão: trata-se de rentabilizar a qualquer preço para engordar os lucros das empresas privadas que farão tudo o possível nesse sentido, fora de qualquer controle da coletividade, ou de garantir a todos um acesso igualitário a certos bens básicos (direito à alimentação, à moradia, à cultura)? O direito à existência deve prevalecer sobre o direito à propriedade. O que não implica uma estatização total dos grandes meios de produção e de troca, mas antes dar à coletividade os meios de escolher e de controlar o seu próprio futuro.

3. Promover a democracia mais ampla. Quem deve decidir? Os cidadãos associados ou os mercados financeiros, segundo que critérios e que prioridades? O destino da humanidade não pode ser decidido em um jogo de cartas! A democracia mais ampla exige a disponibilidade de tempo de se informar sobre as grandes questões, o tempo de deliberar diretamente, e os meios de se pronunciar sem se depender exclusivamente da opinião dos especialistas.

Trata-se portanto de reabilitar a própria idéia da política e de estender a democracia para fora da esfera institucional até à democracia da produção de bens e da cultura, generalizando a autogestão e o controle dos representantes pelos representados. O que supõe a livre confrontação pluralista de projetos e de programas, a plena soberania e a independência das organizações sindicais e associativas em relação aos partidos, a extensão de uma democracia não somente política, mas social e auto-gestionária.

4. Finalmente, desenvolver uma solidariedade internacional contra todos os espíritos estreitos e paroquiais. Pensar e agir como cidadãos do mundo, conforme a ambição inicial da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. O que implica em especial uma solidariedade de todos os dias em relação aos povos dos países dependentes e dominados que sofreram séculos de pilhagem e de dominação. Esta pilhagem toma hoje a forma da dívida. Permite aos credores imporem as suas condições e imposições, empurrando os países em vias de desenvolvimento para a via do subdesenvolvimento. (...)

Trata-se somente de pistas que desenham os contornos de um futuro diferente e possível de ser vivido. O amanhã começa de fato nas lutas de hoje. Vocês conhecem a célebre fórmula de Bertolt Brecht: os que lutam um dia são bons, os que lutam vários anos são muito bons, os que lutam toda a sua vida são indispensáveis. Isso é também o socialismo que queremos: tornar "indispensáveis" o maior número possível de seres humanos. □

Daniel Bensaid é dirigente da Liga Comunista Revolucionária (Seção Francesa da IV Internacional) e autor de vários livros sobre marxismo e política.

Produzir para as necessidades da maioria é inconcebível sem tocar na sacrossanta propriedade privada dos grandes meios de produção e de comunicação.

A qualidade das relações entre o homem e a mulher é também um outro critério de progresso pois constitui a primeira experiência simultânea do outro e da universalidade da espécie.

A sorte de uma juventude louca



Mandel (à esquerda) e seu irmão Michel.

TARIK ALI ENTREVISTA ERNEST MANDEL

Entrevista realizada em 1979 para a revista inglesa New Left Review e republicada depois da morte de Ernest Mandel, em 1995. Um ano depois de sua morte, Em Tempo o homenageia com este momento em que ele, descontraidamente, falou sobre sua juventude.

Ernest, você tinha dez anos de idade quando Hitler chegou ao poder na Alemanha e dezesseis quando a Segunda Guerra Mundial foi deflagrada. Era com certeza uma época terrível para se viver a juventude, mais ainda para alguém como você, de origem judaica. Quais são suas primeiras lembranças desse período?

Bem, por mais estranho que pareça, eu não tenho de modo algum más recordações de todo aquele período. Ao contrário. Eu tenho, sim, lembranças de tensões, excitação, nervosismo, mas não de desespero. Isso tem algo a ver com o fato de que nós éramos uma família altamente politizada.

Seu pai era militante?

Nessa época meu pai não era militante. Ele tinha sido militante na época da revolução alemã. Ele tinha fugido da Bélgica para a Holanda na Primeira Guerra Mundial porque não queria prestar o serviço militar. Ele já era um socialista de esquerda e tinha encontrado Willem Pieck - que foi mais tarde presidente da República Democrática da Alemanha - na Holanda. Quando a revolução alemã irrompeu eles foram juntos para Berlim. Ele trabalhou por alguns meses na primeira agência de imprensa da Rússia Soviética em Berlim. Ele

conheceu Radek pessoalmente e encontrou várias outras pessoas. E então eu encontrei na nossa biblioteca uma coleção fantástica de publicações antigas - livros de Marx, de Lênin, de Trotsky, a Correspondência Internacional (Inprecor) daquela época, literatura russa e assim por diante. Ele deixou a política por volta de 1923. Sua vida estava muito conectada aos altos e baixos da revolução mundial. Quando Hitler chegou ao poder ele teve um choque. Ele estava muito consciente do que isso iria significar para o mundo. Eu lembro - e essa é talvez minha recordação política mais antiga, eu tinha nove anos de idade em 1932 - da época do assim chamado *Papen putsch* quando o governo social-democrata da Prússia foi derrubado, e o Ministro do Interior fez essa declaração famosa ou infame -- "Eu brado diante da violência". Um tenente tinha invadido seu gabinete e ele perdeu todo o poder que tinha acumulado em quatorze anos desde 1918. Ele caiu em apenas cinco minutos. Essas notícias apareceram no jornal diário social-democrata de Antuérpia, onde morávamos. Meu pai fez comentários muito ácidos. Ele disse que isso iria terminar muito mal: era o começo do fim. Então quando Hitler chegou ao poder alguns dos primeiros refugiados vieram para nossa casa, também alguns familiares e amigos. Os anos de 1933 a 1935 foram anos terríveis na Bélgica; a crise era profunda e as pessoas passavam fome. É claro que era muito pior do que hoje, muito pior. A rainha da Bélgica tornou-se popular simplesmente porque distribuiu pão e margarina para os desempregados. Um dos refugiados que veio para nossa casa contou, como algo normal, que eles tinham vendido as camas para comprar pão em Berlim. Eram tempos terríveis. Meu pai também passou por períodos ruins, mas nunca tão ruins como isso. Nós nunca passamos fome mas vimos nosso padrão de vida cair dramaticamente nesse período. Os anos de 1933, 1934, 1935 foram um pouco menos políticos.

Sua militância política teve início quando a guerra começou?

Muito antes disso. 1936 foi um momento crítico para mim e meu pai. Duas coisas aconteceram ao mesmo tempo, a Guerra Civil Espanhola e os processos de Moscou. O movimento operário em Antuérpia e na Bélgica jogou um papel muito importante. A Guerra Civil Espanhola desencadeou uma tremenda onda de solidariedade. Eu lembro bem das manifestações de Primeiro de Maio de 1937. Havia talvez cem mil pessoas nas ruas, e as pessoas voltando das Brigadas Internacionais na Espanha e coletando dinheiro. Eles foram recebidos com uma ovação que eu nunca vou esquecer. Antes da Campanha de Solidariedade ao Vietnã, foi o maior evento internacional que nós já tivemos na Bélgica. Então houve os processos de Moscou, que foram um tremendo choque para meu pai. Ele tinha conhecido pessoalmente vários dos réus do primeiro julgamento que eram funcionários do Comintern. Radek era um dos principais réus do segundo julgamento. Meu pai ficou mais furioso do que é possível descrever, e imediatamente organizou um comitê de solidariedade aos acusados dos processos de Moscou. Ele entrou em contato com um pequeno grupo trotsquista de Antuérpia. Eles se reuniam em nossa casa e eu me tornei, aos treze anos, um simpatizante trotsquista - não um membro por que nossa organização não podia admitir uma criança de treze anos em suas fileiras. Mas eu estava presente às reuniões, ouvindo, e era consi-

1936 foi um momento crítico para mim e meu pai. Duas coisas aconteceram ao mesmo tempo, a Guerra Civil Espanhola e os processos de Moscou.

derado um jovem brilhante, então eles não se opunham a que eu ouvisse. Eu tinha quinze anos quando fui formalmente admitido. E era um momento interessante porque isso foi pouco depois da conferência de fundação da Quarta Internacional.

Quando foi isso?

1938. A Liga Socialista da Juventude dos Estados Unidos, a organização jovem do SWP, enviou um homem chamado Nettie Gould para falar sobre a conferência de fundação. Ele viajou por vários países da Europa Ocidental para dar um informe sobre a conferência de fundação e explicar o trabalho do SWP. Ele veio a Antuérpia e à nossa casa. Eu acho que foi depois dessa reunião que eu fui formalmente admitido como aspirante. Havia então um certo vácuo, provavelmente o período mais difícil em nosso país. Em 1939 todos tinham certeza de que a guerra iria eclodir. Nós estávamos muito isolados. Distribuímos um panfleto nas ruas principais de Antuérpia - não era um modo inteligente de atuar, por causa do clima.

O que dizia o panfleto?

Era contra a guerra. Dizia que a guerra estava chegando, mas não era a nossa guerra e assim por diante. Não foi muito bem recebido e era escrito em um modo muito abstrato e propagandista. Não fui eu que escrevi e não assumo nenhuma responsabilidade por ele!

Mas você distribuiu o panfleto?

Claro que distribuí.

Você tinha quinze anos quando distribuiu o primeiro panfleto?

Eu tinha quase dezesseis. Era uma época muito difícil, provavelmente a mais difícil que já tivemos. Nossa organização compreendia dois setores na Bélgica. Um era uma pequena base de massas que tínhamos em um dos distritos mineiros onde havia cerca de seiscentos membros que tinham vindo da social-democracia e se juntado a nós. Nós tínhamos a maioria absoluta em uma vila mineira e a resposta dos patrões foi de imediatamente fechar a mina de carvão naquela vila e ela nunca mais foi reaberta. Todos os mineiros que votaram na extrema esquerda foram punidos por seu engajamento radical. Antes, durante e depois da guerra, nunca mais foram contratados de novo.

Quando você se engajou na Resistência?

Bem, o grupo do qual eu estava falando caiu assim que a organização teve que se tornar clandestina. Seu líder foi assassinado pelos estalinistas sob a acusação caluniosa de colaboração com os Nazis. Isso era simplesmente uma mentira. Depois da guerra esses camaradas - eu devo chamá-los assim, embora eles não fossem mais trotsquistas, mas socialistas de oposição, socialistas de esquerda - eles concorreram à municipalidade e tiveram maioria absoluta. Então isso é uma indicação de que eles não eram colaboradores dos nazis: essa era uma calúnia ridícula. Com a perda dessas pessoas nós chegamos ao ponto mais baixo da nossa organização. Nós tínhamos talvez uma ou duas dúzias de membros no inverno de 1939-40, logo antes da invasão alemã. A organização estava na clandestinidade. A atmosfera no país era terrível. O exército alemão invadiu a Bélgica no dia 10 de maio, e as operações militares terminaram com a capitulação de 28 de maio. O país foi ocupado e nas primeiras semanas a desorientação era total. Henri de Man, o líder do Partido Socialista, permaneceu como primeiro-ministro assistente. Ele capitulou perante os nazis. Ele fez um chamado público para colaborar com a ocupação. Parte do aparato sindical o apoiou. O Partido Comunista publicou um jornal legal. Por causa do acordo Stalin-Hitler, eles estavam preparados para submeter-se à censura nazista. Nós éramos muito fracos e muito pequenos. Então soubemos do assassinato do Velho, do assassinato de Trotsky. Os jornais belgas publicaram a informação por volta de

21 de agosto. Imediatamente uma das figuras legendárias do Comunismo Belga, camarada Polk, que tinha sido um membro fundador do partido, membro do comitê central nos anos vinte e que tinha se tornado um trotsquista, um opositorista de esquerda, veio à casa de meu pai. Ele estava chorando. Ele tinha conhecido o Velho pessoalmente. Outros vieram também. Havia sete ou oito pessoas que diziam todas a mesma coisa. A única forma de responder ao assassinato era imediatamente retomar a organização, mostrar a esse assassino sujo que ele não podia simplesmente suprimir idéias e que ele não podia acabar com uma corrente de resistência. Nós decidimos reconstruir a organização e enviar pessoas para outras partes do país.

Isso foi feito clandestinamente?

Isso era totalmente clandestino. Nós descobrimos que os camaradas de Bruxelas estavam pensando exatamente nos mesmos termos. Em duas semanas montamos o esqueleto de uma organização. Começamos a publicar nosso primeiro jornal clandestino antes do final do ano de 1940. Nós montamos uma pequena gráfica, e tudo isso começou a funcionar bastante bem, dadas as circunstâncias. Havia uma pequena organização ilegal e nós tivemos uma boa resposta em bairros operários porque, num certo sentido, nós tínhamos o monopólio. O Partido Comunista não estava de modo algum identificado com a resistência. Os social-democratas eram, mais ainda, identificados com a colaboração. Eu tenho que acrescentar que a resistência não era tão popular. A maioria das pessoas pensava que os alemães iriam vencer a guerra. Eles eram, no melhor dos casos, abstencionistas e passivos. No pior dos casos, eles queriam estar do lado dos vitoriosos.

Vocês ainda estavam isolados?

Depois do inverno as coisas mudaram. A derrota dos alemães na frente da Inglaterra teve algo a ver com isso. A experiência do inverno foi muito amarga, muito dura. As rações de alimentos eram muito pequenas, e então havia muito descontentamento entre os trabalhadores. As primeiras greves foram deflagradas em março. Então o Partido Comunista começou a mudar. Não é verdade

Eu tinha quinze anos quando fui formalmente admitido. E era um momento interessante, pouco depois da conferência de fundação da Quarta Internacional.





Fui preso pela primeira vez, consegui escapar da prisão. Fui capturado uma segunda vez, e escapei do campo. Na terceira vez em que fui pego fui levado para a Alemanha.

que eles esperaram até o ataque à União Soviética. Assim que eles viram alguma movimentação massiva, eles agiram cautelosamente para não ficar completamente de fora dos acontecimentos. Eles não queriam nos dar e a outros grupos de resistência um monopólio, porque esse teria sido o preço da paralisia. E é claro que quando aconteceu o ataque à União Soviética, então eles foram mais decididos. Então a situação ficou mais difícil para nós mas ao mesmo tempo o campo da resistência de massas se ampliou. Eu devo dizer que não tive dúvidas por nem um dia de que os nazistas iriam perder. Posso dizer isso com uma certa satisfação, olhando para trás. Eu era jovem, não muito maduro - muito ingênuo sob vários pontos de vista - mas nunca duvidei por um único dia que os nazistas seriam derrotados. Isso me levou a algumas ações insanas.

Você entregou panfletos para os soldados alemães?

Sim, mas isso não era a coisa mais louca que se podia fazer. Isso estava bastante correto. Quando fui preso pela primeira vez, consegui escapar da prisão. Fui capturado uma segunda vez, e escapei do campo. Na terceira vez em que fui pego fui levado para a Alemanha. Eu estava muito feliz. Eu realmente não compreendia que havia 99,9% de chances de ser assassinado.

Porque você era ao mesmo tempo marxista e judeu.

Judeu, marxista, comunista e trotsquista. Havia quatro razões para que fosse assassinado por diferentes grupos, se as coisas podem ser colocadas desse modo. Eu estava feliz por ser deportado para a Alemanha porque eu estaria no centro da revolução alemã. Eu dizia simplesmente, 'Ótimo, eu estou justamente onde queria estar'. É claro que isso era completamente irresponsável.

E você tentou escapar de novo?

Bem, isso também é uma história maluca. O fato de ainda estar vivo é realmente excepcional. Em um certo sentido, de novo, posso dizer que minha capacidade de visão e análise ajudou - mas isso também não pode ser exagerado, porque eu tive também muita sorte. Mas, através de comportamento político e uma atitude correta frente a alguns problemas básicos, eu imediatamente estabeleci boas relações com alguns guardas. Eu não me comportei como a maioria dos prisioneiros belgas e franceses, que eram muito anti-germânicos. Eu deliberadamente procurei guardas politicamente próximos. Isso era a coisa inteligente a fazer, mesmo do ponto de vista da autopreservação. Então eu procurei alemães que fossem simpáticos, que dessem alguma mostra de discernimento político. Eu imediatamente encontrei alguns ex-socialdemocratas, e mesmo alguns velhos comunistas.

Entre os guardas do campo de concentração?

Sim, entre os guardas. Não era um campo de concentração, era um campo penitenciário. Eu estava condenado, e isso já era uma vantagem. Em um campo de concentração você tinha os SS, as piores pessoas. Nesses campos penitenciários você tinha funcionários do sistema prisional, como numa prisão inglesa. Então havia algumas pessoas que estavam lá desde os anos vinte ou trinta. Eu pensei que alguns deles deveriam ser

social-democratas porque os social-democratas tinham estado no Ministério do Interior por muito tempo. E era exatamente assim. Também entre os prisioneiros eu tentei encontrar alguns jovens alemães - muitos dos quais, mais do que você pode imaginar - que eram de esquerda e contra a guerra. Eu os encontrei e fiz amigos. Meu primeiro amigo nesse local foi um ótimo sujeito que tinha sido condenado à prisão perpétua por ter falado contra a guerra. Ele era filho de um ferroviário socialista de Colônia. Depois de mostrar que ele poderia confiar em mim, ele me deu o endereço de seu pai e de amigos do seu pai, dizendo 'Se você conseguir escapar e chegar até eles, eles o ajudarão, colocarão você em um trem, você poderá voltar ao seu país.' Então eu montei um plano. Mas toda a coisa era uma loucura de qualquer maneira, você compreende. Nós trabalhávamos em um lugar inesquecível - uma das maiores fábricas da Alemanha, talvez mesmo a maior.

O que vocês produziam?

Gasolina, gasolina sintética para a máquina de guerra, para os tanques e aviões. Havia os prisioneiros de guerra russos, os prisioneiros de guerra do ocidente, os prisioneiros políticos, e oriundos de campos de concentração, civis em trabalho forçado e civis em trabalho livre, alguns trabalhadores alemães. Havia sessenta mil pessoas trabalhando lá. Era como um microcosmos da sociedade européia sob o nazismo. E havia um grupo de trabalhadores belgas, até mesmo alguns de Antuérpia, minha cidade natal. Eu fiquei amigo deles e pedi a eles roupas para que pudesse tirar meu uniforme de prisão. Eu examinei as cercas elétricas em volta do campo e descobri que elas eram desligadas por razões específicas de manhã, quando eles tinham que trocar a guarda das torres. Eu percebi isso e simplesmente pulei por cima da cerca. Eu tinha luvas, mas fui totalmente louco, absolutamente louco.

O tipo de loucura que salvou sua vida.

Em um certo sentido. Havia um risco terrível de que eu fosse pego e imediatamente fuzilado. De fato, infelizmente, eu fui pego. Eu tive três dias de liberdade. Obtive algumas frutas frescas pela primeira vez desde que fui preso. Uma alemã me deu maçãs e pêras, e isso me deixou muito feliz. Eu sabia do caminho para a fronteira perto de Aachen. Mas eu fui pego no bosque na terceira noite. Novamente eu tive muita sorte. Eu comecei a falar com o guarda florestal que me prendeu. Eu disse a ele, 'Ouça, você tem lidos os jornais? Os Aliados já estão em Bruxelas, eles logo estarão em Aachen. Se você me matar agora, logo você estará em apuros. Melhor me mandar para a prisão sem muita confusão' Ele compreendeu e foi muito simpático.

Você já era muito convincente mesmo naquela época, Ernest?

Se você quer colocar desse modo. Ele me deu até mesmo um pedaço grande de pão. Eu não quero me vangloriar, o que eu fiz foi elementar. É claro que eu dei um nome falso. Eu não dei o nome exato do campo do qual eu tinha escapado, então eles me levaram para outra prisão. Mas eles finalmente descobriram, e depois de duas semanas eu fui preso em péssimas condições, acorrentado e assim por diante, porque eles sabiam que eu era um prisioneiro fugitivo. Mas eu estava muito mais seguro lá, apesar das condições. O comandante do campo do qual eu tinha escapado veio me ver na prisão - uma cela escura, terrível - e disse "Você é uma ave rara. Você sabe que se você tivesse sido trazido de volta você poderia ter sido imediatamente enforcado?". Eu disse que sim. Então ele me olhou com total espanto. Mas é claro que nessa nova prisão eles não podiam me enforcar. Eu já estava condenado e então eles me mantiveram lá em Eich de outubro de 1944 até o começo de março de 1945. Então eu fui transferido para um outro campo por três semanas e libertado no final do mês. □

10ª Conferência Nacional de Saúde

TÚLIO BATISTA FRANCO

Entre os dias 1 e 6 de setembro reúne-se em Brasília a 10ª Conferência Nacional de Saúde, tendo como problema central a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS). Proposto pelo Movimento da Reforma Sanitária que se formou nas décadas de 70/80, o SUS foi aprovado na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986. A Constituinte deu suporte jurídico ao novo sistema de saúde, cuja história é marcada por uma luta encarniçada entre os que defendem um sistema de saúde público e os que pretendem privatizar os serviços de saúde. A 9ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1992, definiu que o Estado deveria investir o mínimo de 10% do orçamento e 30% do orçamento da Seguridade Social em saúde, o que não é respeitado: o Brasil está entre os países com menores índices de investimento em saúde

Cenário adverso

Como o governo federal não conseguiu quebrar a ordem jurídica que criou o SUS, aposta em soluções "criativas" de privatização ou terceirização na saúde:

1. asfixia do setor com reduzidas verbas para a saúde. De acordo com dados do IPEA, em 1995, o Ministério da Saúde gastou U\$ 104 *per capita*, quando o recomendado pela Organização Mundial de Saúde é de no mínimo U\$ 250 *per capita*. A CPMF, tão alardeada, representa apenas 22,8% do total de recursos orçados em 1996;

2. a mídia tem insistentemente apresentado o setor público de saúde em crise sem dizer as causas dos problemas e os enormes avanços obtidos pela saúde pública. Cria assim uma opinião pública favorável à proposta de privatização da saúde;

3. o Ministério da Saúde tem sido conivente com a implantação do Programa de Atendimento a Saúde (PAS) em São Paulo, embora esse Programa seja uma aberração jurídica (quebra a universalidade de acesso à assistência, princípio constitucional, e transfere recursos públicos para entidades privadas, as cooperativas médicas, sem licitação) e se coloque claramente na linha da privatização dos serviços de saúde. Na mesma diretriz do PAS, no Rio de Janeiro o governo está repassando para cooperativas médicas a gestão de hospitais públicos. Já no Espírito Santo, o governo estadual está contratando cooperativas médicas para atendimento na rede pública estadual;

4. outra novidade se verifica em Minas Gerais, com a criação de consórcios intermunicipais de saúde, que vale dizer, é uma proposta do SUS, porém aqui eles têm sido criados como entidades de direito privado, ou seja, possuem estatuto jurídico próprio, podendo ofertar e vender serviços para terceiros que não o setor público. Portanto, se coloca no horizonte próximo, a possibilidade destes organismos selecionarem sua clientela, atendendo aquela que pode pagar pelos serviços;

5. o governo federal aposta firmemente na hegemonia dos seguros e planos de saúde para atendimento à população. Na década de 70, esta modalidade de assistência abarcava 7% dos usuários dos serviços de saúde, estando hoje entre 35% e 40%. A atuação da medicina de grupo não é regulamentada, recebe incentivos fiscais (desconto no IR). A recente divergência do gover-

no com estes grupos em torno do valor do reajuste das mensalidades, é apenas pontual;

6. é corrente em setores do Ministério, a proposta de ofertar uma "cesta básica de saúde" para a população, ou seja, um SUS pobre e ineficiente para os pobres e em contrapartida continuar apostando nas diversas propostas privatizantes para o atendimento em saúde.

Em todas alternativas de assistência, montadas fora do SUS (às vezes em nome dele), há um aspecto comum que é o acesso aos serviços condicionado ao fator econômico. O governo FHC pretende criar o fato consumado da assistência privatizada da saúde, sem ter que comprar a briga desgastante de modificar o texto constitucional.

Em relação ao movimento popular, não há mais a mobilização tão forte quanto aquela que se verificou em 1986 na 8ª Conferência. Mas existem hoje organizados, além do Conselho Nacional de Saúde, Conselhos em todos os estados e mais de 3.000 conselhos municipais de saúde, configurando uma experiência de democratização e uma base importante para a luta pela implantação efetiva do SUS.

A 10ª Conferência

A 10ª Conferência Nacional de Saúde é um momento de reafirmar a luta pelo controle social sobre a política da saúde. É necessário dizer como o Sistema Único de Saúde deve funcionar, com uma proposta de modelo assistencial para a saúde universal, capaz de acolher de forma humanizada o usuário nos serviços de saúde. Organizar os serviços em função do usuário é fundamental para recuperar a credibilidade no sistema público de saúde.

É urgente que o Partido dos Trabalhadores defina uma diretriz para a saúde. O tema, devido a tradição de luta no setor e a relevância para a vida de cada um, encontra grande ressonância junto a opinião pública. Nesse sentido a 10ª Conferência Nacional de Saúde é uma oportunidade para que os petistas expressem uma visão unificada e global sobre a saúde.

O setorial da saúde do PT se reuniu no dia 27 de julho no Rio de Janeiro - com a notável ausência dos secretários municipais de saúde do PT, à exceção da secretária de Betim - MG. Reafirmando um modelo assistencial a partir dos princípios do SUS, condenou as alternativas que visam retirar a assistência à saúde do setor público, seja através de cooperativas, consórcios privados ou incentivos aos seguros e planos de saúde. □

Túlio Batista Franco é psicólogo e delegado à 10ª Conferência Nacional de Saúde.



O governo federal não conseguiu quebrar a ordem jurídica que criou o SUS, mas aposta em estratégias de privatização ou terceirização.

Conquistar o desejo, sem excluídos

ARNALDO DOMINGUEZ

Partindo da experiência de formação do projeto Etcétera e Tal, Arnaldo Dominguez apresenta sua visão dos caminhos para se romper com as normas dominantes sobre o desejo e a sexualidade.

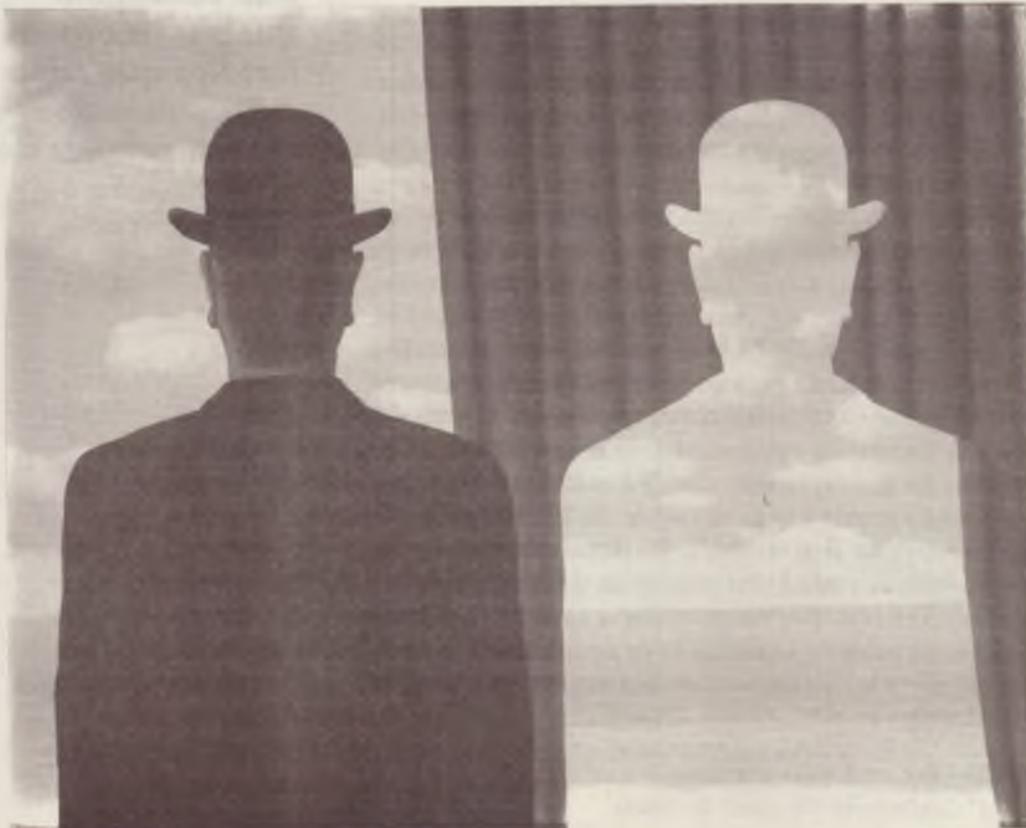
Há um mal-estar na nossa civilização. Um mal-estar alarmante. Há uma tragédia que nos transforma em máquinas mortíferas movidas a álcool ou a antidepressivos. A tragédia da vida contemporânea parece-me situar-se na atitude de rejeição aos vínculos sociais e se acentua no comportamento dos indivíduos, onde o gozo navega à deriva da civilização imposta pela palavra. Ele exige uma resolução imediata e desrespeita na forma as leis que regem o desejo.

Afinal somos seres falantes e é precisamente na linguagem que falamos que reside o suporte da cultura a qual pertencemos. A cultura que está na língua (ou vice-versa). Aí o desejo é regulamentado e circunscrito em limites consensuais destinados a garantir nossa existência.

No entanto, um gozo imediatista e sem desejo só pode precipitar-nos na destruição, pois se apresenta quase sem a necessidade da existência do outro, convertendo o corpo numa máquina de gozar sem nenhuma significação possível. Sem vínculos não há *outro* e sem simbolização não há lugar para o *outro*. Esse outro é um lugar: o lugar do objeto do desejo. E sem este não há como encontrar uma "economia" do gozo, sua administração, na ausência da qual, reduzimo-nos a um puro organismo animal, a um ser não falante, movido a instintos.

Perdida a possibilidade comunicativa que através dos discursos permite estabelecer vínculos sociais e significado verbal (simbolização do *amar* ou *existir* como alguma *ilusão* que dê sentido, que possa funcionar como 'vacinas contra o Caos'), o caos se instala.

O ideal capitalista é um objeto promissor do gozo, da panacéia, da vida eterna ou do retorno do salvador.



O discurso capitalista conjuntamente com o da ciência e o da religião apontam em direção do ideal de um objeto promissor do gozo, da panacéia, da vida eterna ou do retorno do salvador, fácil de ser adquirido, inclusive, a prazo, pois os anúncios nos seduzem com um: *goze agora, pague depois*.

Uma espécie de inferno de gozo sem limites, onde estes se introduzem apenas pelas leis da proteção ao crédito ou pela morte dos corpos.

Conseqüentemente, o sofrimento existencial extirpado da fala, torna-se um sofrimento narcísico. É narcísico porque ignora o desejo e faz a vida perder o seu valor, sendo portanto autodestrutivo (da ordem da pulção de morte). O narcisismo aqui é entendido como o ato de amar a si mesmo através das imagens do "eu sexual". Mas isto é autodestrutivo; só depende de nós darmos algum sentido à vida, e este sentido pode ser encontrado nos vínculos humanos, na luta pelos ideais etc. Deste modo é que o desejo passa a adquirir um nome, definindo investimento de energias em direção à vida.

Dívida simbólica

Não é difícil compreender o estado caótico da economia mundial ou, sem irmos tão longe, da nacional, com o acréscimo de inadimplentes, falidos e famintos, da situação da saúde pública, do descrédito na administração política etc. Isso coexiste com a informatização do planeta, a criação de redes multinacionais de tráfico - não somente narcotráfico, que dá sustento a países-filhos perante a "vista grossa" dos países-pais, que fazem a lavagem do dinheiro, colocando "panos quentes" nas travessuras dos primeiros. Ou com o crescimento da força das religiões fundamentalistas. (Paralelamente ao fracasso da ciência biomédica no controle ao alastramento da epidemia da AIDS.)

E por falarmos em "divinos lucros", é curioso que nos habituemos melhor à inadimplência das dívidas *externas* do que das simbólicas. Suportamos estoicamente corrupções várias e até holocaustos, parecendo não haver limites aqui para o devir-perverso.

Discurso normalizador

Todavia, insistentemente, a clínica atribui o rótulo da perversão ao outro que goza diferente. É como se estivéssemos convencidos de que o perverso é o único que consegue gozar.

Para o discurso normalizador do legislador, em prol da moral ou do bem supremo, o perverso é o outro. É preciso reconhecê-los, identificá-los, agrupá-los em categorias para apreender as causas de suas patologias - que podem encontrar-se na química, na anatomia ou nas dinâmicas das inter-psicologias familiares, como se houvesse famílias estruturadas! Pois, descobertas as causas, poderemos controlá-las. (A medicina só se ocupa do gozo para regulamentá-lo. A religião, além disto, subjugada mediante a ameaça do "final dos tempos", até nas novelas da TV Globo, quando somente os justos serão perdoados.)

Segregação, exclusão

O discurso dominador, escravo do discurso da ciência, diz ao "perverso": - Não é assim que se goza! (E

nas entrelinhas: - Gozo de verdade é o meu!) Falas que o situam no lugar do senhor. Esta sugestão gera a dependência eterna do dominado e operacionaliza a extirpação do gozo desviante, jogando-o nos "campos de concentração" onde situam-se os "estrangeiros" da língua. Isto é, os *sujeitos excluídos*, para os quais o recurso de entrar na língua como seres humanos lhes foi negado. Restam-lhes as dialéticas do segredo, de uma vida ficcional destinada a enganar os promotores das normas, evitando os eventuais castigos. Existe uma "violência simbólica" de ampla abrangência, oculta na "invisibilidade" ideológica que permeia muitos discursos. E sem pretender exagerar na teoria da vitimização, creio que ela pode ser tão violenta quanto o assassinato a cargo de grupos de extermínio acobertados pela impunidade. Afinal, matar um travesti faz parte dos projetos urbanísticos de limpeza, patrocinados por certos governantes (ou delegados).

A construção da cidadania

Para os filósofos gregos, a cultura é um espaço de vida. E a linguagem é o mais fundamental dos sistemas simbólicos de uma cultura, onde se exprimem os conceitos éticos.

O ponto alto da práxis é a virtude política, ou seja, o exercício da liberdade sob a soberania da lei justa.

Para os gregos, o *ethos* (a construção da cidadania) era o corpo histórico da liberdade. Liberdade significava estar liberado dos laços que prendiam o escravo, não para ficar indiferente face ao mundo, e sim para avançar livremente no espaço do mundo, como dono de si mesmo. Para esta civilização, a perversão encontrava-se na *hybris* (a desmedida). E tanto o indivíduo quanto a cidade que ultrapassasse este limite abstrato, seria destruído pela ira dos deuses.

As três manifestações fundamentais da *hybris* são: ansia do poder, da riqueza e do aparecer. Isso é o oposto da justiça que estrutura a *Polis* (a cidade e aos cidadãos).

Logo, sob tais critérios, as organizações de militância *gay* ou *lésbica*, que lutam pelos direitos humanos, são instrumentos de construção da cidadania. No máximo podem ser taxadas de subversivas ao discurso da dominação. (O que não isenta tais organizações do risco da *hybris*, como a qualquer outra.)

Projeto Etcétera & Tal

Quando iniciamos nosso trabalho em grupo, em 1991, sob nome de *Projeto Etcétera & Tal...*, após uma pesquisa que revelava a alta incidência de homofobia médica, nosso principal objetivo visava precisamente a defesa dos direitos humanos das chamadas *minorias sexuais*.

Pretendíamos realizar os estudos de tal modo que o pesquisador e o pesquisado perdessem o caráter habitual que a ciência positivista, tanto biomédica quanto psicológica ou sócio-comportamental, costuma lhes conferir. O caráter de sujeito-objeto.

E, pelo contrário, ao engajar-se no projeto, o pesquisado passasse por um treinamento que lhe permitisse tornar-se pesquisador. Isto é, ganhasse voz própria e viesse a enriquecer o projeto, comportando-se como multiplicador e agente de transformações sociais.

Ao constituirmos o *Núcleo de Estudos das Relações de Gênero nas Minorias Sexuais*, em 1995, contando com o apoio da *SBRASH* (Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana), concretizamos datas e endereço apropriados para apresentação de seminários e publicações, onde o papel da coordenação resume-se, praticamente, à preocupação de que todos os discursos obtenham representatividade.

Uma tarefa difícil num universo controlado pelo



imperialismo do saber que, numa visão foucaultiana, utiliza este saber para dominar.

Homoerotismo e "Grupanalise"

A experiência adquirida após três anos de "*Grupanalise*" (ou psicanálise do grupo) - uma das atividades do projeto, na qual somos muito bem sucedidos - nos permitia encarar o desafio com certa tranquilidade.

Sempre trabalhamos com recursos próprios e nunca nos preocupamos com a obtenção de financiamentos (até o momento), justamente por considerarmos que qualquer transformação *empresarial* poderia comprometer os objetivos. Evidentemente que isto tornou muito mais difícil a expansão do projeto.

Por outro lado, embora a atual diretoria assuma identidades de *gays*, *lésbicas* ou *transexuais*, o projeto está aberto a todos os que venham se interessar. Em momento algum pretendemos dar uma ênfase *essencialista* às minorias sexuais.

Nossa política defende as diferenças e pluralidades. Levando em conta os discriminados por razões étnicas, raciais, econômicas, intelectuais, religiosas etc, dispostos inclusive, a compartilhar o espaço com integrantes de outros movimentos sociais (negro, feminista etc).

Nosso projeto procura oferecer uma entrada aos excluídos, atravessando agora a porta principal. E não mais escondendo-se pela porta dos fundos (o retorno do forcluído social¹). Este movimento tem aliviado a existência caótica de muitos seres humanos que sofriam pela dor de uma existência insuportável e haviam perdido as esperanças de tentar relacionamentos afetivos, pois a hostilidade do meio em nada lhes facilitava esta potencialidade.

E como os resultados obtidos têm sido excelentes, de um ponto de vista "terapêutico", cremos que vale a pena ampliar a magnitude de ação do *Etcétera e Tal...* para que muitos outros possam ser beneficiados. O que está começando a acontecer, pois já fomos chamados para uma palestra de treinamento pelo Grupo Nuances de Porto Alegre, pelo Grupo Expressão de Campinas, pelo Grupo Hábeas Corpus Potiguar de Natal e há um intercâmbio com o Grupo *Gay* da Bahia.

Não estamos indiferentes! □

¹Forcluído, no sentido de "jogado fora". Mais do que *excluído*!

Arnaldo Dominguez é psicanalista e coordenador do projeto *Etcétera e Tal*.

Quando iniciamos em 1991 o projeto Etcétera & Tal..., nosso principal objetivo era precisamente a defesa dos direitos humanos das chamadas minorias sexuais.

O PT e o direito ao aborto

TATAU GODINHO

No segundo semestre de 1995 entrou em pauta no Congresso uma proposta de emenda constitucional do deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), a PEC 25/95, para acrescentar ao texto constitucional a expressão "desde a concepção", no item que fala do direito à vida. Tal emenda, se aprovada, significaria, na prática, um impedimento constitucional a todas as medidas que visassem a ampliação da legislação sobre o aborto no Brasil. E mais que isso, tornaria também inconstitucional a legislação atualmente existente, que é absolutamente restritiva, e que prevê a possibilidade do aborto ser realizado apenas em dois casos: risco de vida da mãe ou gravidez resultante de estupro. Esta proposta de emenda gerou um grande debate no Congresso. Como parte deste processo, constituiu-se uma comissão onde eram feitos depoimentos de indivíduos ou representantes de entidades, contra e a favor, como forma de subsidiar os debates do Congresso.

O deputado Hélio Bicudo tem o direito de expressar suas opiniões sobre quaisquer assuntos.

O que o deputado não deve e não pode é deturpar os fatos e as posições do partido.

Mobilização reacionária

Além disso, o Partido dos Trabalhadores entrou no debate se enfrentando em lados opostos. Como representantes do PT, faziam parte da comissão responsável por apresentar um parecer os deputados Hélio Bicudo e Marta Suplicy, como efetivos, e a deputada Ana Júlia (PT-PA) e o deputado Padre Roque (PT-PR), como suplentes. O processo de debate da emenda constitucional trouxe à tona a posição totalmente divergente do deputado Hélio Bicudo que se colocou não apenas favorável à emenda como argumentava em defesa de uma visão de criminalização do aborto, inclusive em casos de gravidez resultante de estupro. Este processo tornou urgente não apenas a necessidade de se esclarecer a posição do PT até aqui, como também de retomarmos de maneira clara o debate sobre a legalização do abor-

to. Apesar de mobilizar a seu favor todos os setores mais reacionários, do ponto de vista de comportamento, religião e valores, a emenda foi, finalmente em fevereiro de 1996, fragorosamente derrotada no plenário da Câmara, com apenas 33 votos favoráveis e 351 contrários.

Recentemente o deputado Hélio Bicudo voltou à tona com a questão, desta vez criticando em uma única taca-da as posições favoráveis ao aborto, à união civil entre pessoas do mesmo sexo e à realização das cirurgias de laqueadura (esterilização) pela rede de saúde pública. Em artigo publicado na *Folha de São Paulo* em 30 de junho, e logo após reafirmando suas posições no *Jornal do Brasil* em 10 de julho, criticou as propostas dos parlamentares petistas José Genoíno, Marta Suplicy e Eduardo Jorge sobre estes temas. O argumento do deputado Hélio Bicudo, para além de suas posições de fundo, é de que o partido não tem posição sobre estas questões.

O PT tem posição

A visão apresentada pelo deputado Hélio Bicudo não corresponde à história do partido. Nas situações em que o partido se viu frente à necessidade de tomar uma posição sobre a questão do aborto, houve debate e deliberação. Não vamos aqui entrar nos argumentos de mérito, de fundo, apresentados pelo deputado Hélio Bicudo, a nosso ver sempre argumentos que ignoram qualquer direito das mulheres de decidir se querem ou não ter filhos (basta mencionar a proposição de criminalização do aborto também nos casos de estupro). O deputado coloca seus argumentos religiosos acima de quaisquer outros direitos e confunde esses argumentos de caráter religioso ao ideário socialista do PT.

Além disso, os dois artigos do deputado acusam, de forma desleal, os outros deputados petistas de "controlistas", identificando as posições por eles defendidas com a política de controle da natalidade dos países imperialistas sobre o "Terceiro Mundo".

Nosso objetivo aqui é apenas apresentar o debate feito no PT sobre a questão do aborto. Em outro momento analisaremos os outros aspectos.

A respeito da legalização do aborto, o partido já debateu e deliberou, em mais uma ocasião, do ponto de vista nacional. Durante o processo da Constituinte, a Direção Nacional do partido votou esta posição e a apresentou ao Congresso Nacional e à sociedade como proposta do Partido dos Trabalhadores. O projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso, em 1987, defendia com toda clareza uma posição de descriminalização do aborto e o seu atendimento pela rede pública de saúde (veja *box* ao lado). Na preparação do programa da candidatura Lula à Presidência em 1989 e posteriormente em 1994 novamente o partido condenou a criminalização do aborto. O programa de governo para as eleições presidenciais, em 1994, apresentou um texto final que denunciava veementemente as condições de clandestinidade do aborto no Brasil, ainda que pouco enfático nas propostas de atuação do governo. E mais, ainda em 1994 no 9º Encontro Nacional, uma proposta contrária à legalização do aborto, apresentada por um filiado do Rio Grande do Sul, foi derrotada maciçamente pelos delegados presentes ao Encontro. É possível que o deputado Hélio Bicudo não se lembre disso,

Projeto de Constituição apresentado pelo Partido dos Trabalhadores em 1987

O projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso Constituinte, em 1987, dizia:

Direito à prática do aborto

Art.47 - A lei não punirá a prática do aborto, quando consentido livremente pela gestante ou por seu representante legal, bem como nos casos onde houver risco de vida.

Parágrafo único. Nos termos deste artigo, os órgãos de saúde pública prestarão toda assistência à mulher que se submeter à prática do aborto.

Em reunião ampliada do Diretório

Nacional do PT, realizada nos dias 11 e 12 de abril de 1987, que discutiu os pontos polêmicos do projeto de Constituição a ser defendido pelo partido, foi aprovada como posição indicativa a defesa da garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases, determinando a abertura de um processo de discussão no partido sobre a questão do aborto. Após este processo, o texto final do projeto de Constituição apresentado pelo PT, defendia claramente o direito à prática do aborto em toda a rede de saúde pública.

até porque a posição que expressa em relação à gravidez resultante de estupro é exatamente a mesma *derrotada em plenário* no 9º Encontro Nacional.

Vale a pena ter sempre em mente os textos efetivamente votados e aprovados pelo partido, inclusive porque isso nos permite lembrar os argumentos da posição petista.

É falso, portanto, dizer que o PT não debateu o assunto e que os deputados petistas não se respaldam no partido para apresentar projetos sobre a legalização do aborto.

Não deturpar os fatos

Em documento enviado ao Diretório Nacional e à bancada federal, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT reivindica que o partido se coloque publicamente.

"Evidentemente, o deputado tem o direito de expressar suas opiniões sobre quaisquer assuntos debatidos no Congresso, no PT e na sociedade em geral. Mas o que o deputado não deve e não pode é deturpar os fatos e as posições do partido. E muito menos expressá-las irresponsavelmente na grande imprensa sem que se venha a público esclarecer que estas posições não expressam o ponto de vista do PT. Temos profundo desacordo com o conteúdo das posições apresentadas pelo deputado e repudiamos sua maneira capciosa de distorcer argumentos, inclusive atribuindo aos outros parlamentares posições controlistas.

Vale dizer também, que quando a questão do planejamento familiar foi pautada e discutida no partido, ou seja, também no processo de Constituinte, o partido se posicionou claramente a favor de que o Estado garanta a todos os indivíduos o acesso a todos os métodos em condições de atenção à saúde, cabendo aos indivíduos a decisão sobre que método utilizar. O projeto que exige a realização das cirurgias de laqueadura ou vasectomia pela rede de saúde pública, com critérios claros e atendimento seguro, ao contrário do que argumenta Hélio Bicudo, visa atacar a indústria das esterilizações clandestinas e em massa, trazendo a responsabilidade do atendimento para a rede de saúde pública.

Sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, também existe discussão no partido. Esta é uma reivindicação do setorial de gays e lésbicas do PT, bem como da Secretaria Nacional de Mulheres. E o PT se



reconhece como um partido que defende todas as medidas que se oponham à discriminação dos homossexuais bem como a garantia de direitos". □

Tatau Godinho é Secretária de Formação Política da Executiva Estadual de São Paulo e da Secretaria Nacional de Mulheres do PT.

Programa de Governo Lula-94

No Brasil, a mortalidade materna atinge índices alarmantes, 156 mortes por 100 mil nascidos vivos, constituindo-se o aborto uma importante causa de óbitos. Estima-se que mais de 2 milhões de abortos são realizados anualmente no país. Como resultado desta lamentável situação, verifica-se um grande número de óbitos e seqüelas físicas e psicológicas. Em cada mil mulheres em idade fértil, 18 já sofreram seqüelas de aborto. Em cada quatro mulheres submetidas ao aborto clandestino, uma já foi internada com complicações que levam à esterilidade ou mesmo à morte. Isso representa a ocupação de 20 a 30% dos leitos de ginecologia e obstetrícia da rede pública hospitalar. Em função deste quadro de flagrante atentado à saúde pública, a questão do aborto torna-se relevante para a sociedade e para um governo democrático e popular.

O recurso ao aborto não é método anticonceptivo. Daí a importância de garantir o acesso das mulheres a todos os métodos anticonceptivos não prejudiciais à saúde, com orientação médica, incentivando também o desenvolvimento de pesquisa em relação a métodos para os homens. Isso deverá ser contemplado no programa de atenção à saúde da mulher, acompanhado de um amplo processo educativo, envolvendo a rede pública de saúde, os meios de comunicação e a rede escolar, de forma que se garanta ampla participação da sociedade civil.

Hoje, por falta de informação e acesso aos métodos anticonceptivos, restam à maioria das mulheres duas alternativas: a pílula, vendida sem prescrição médica e sem devida assistência, o que traz seqüelas às usuárias; e a esterilização, em grande parte realizada durante a cesariana e, muitas

vezes, sem a permissão da mulher. O alto número de cesáreas - 33% dos partos - acarreta riscos de saúde às mulheres e aos nascituros.

Esta situação que penaliza as mulheres, principalmente as mais pobres, deverá ser tratada com problema de saúde pública.

Nos casos de aborto previstos em lei é imperativo que se normatize o atendimento por toda rede pública de saúde.

O Governo Democrático e Popular deverá as iniciativas necessárias para garantir a cidadania das mulheres.

(Versão final da proposta de programa de governo, capítulo II, inciso 7: Política, cidadania e participação popular: a cidadania das mulheres. In: 1994. Lula Presidente. Uma revolução democrática no Brasil. Bases do Programa de Governo. Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Edição Teoria e Debate, 1994.)

As Mulheres nos Jogos Olímpicos

MARIA LUÍZA DA COSTA

As mulheres não participavam dos Jogos Olímpicos realizados na Grécia Antiga. E nos primeiros Jogos Olímpicos da era moderna, realizados em Atenas em 1896, as mulheres foram proibidas de participar. Seu idealizador, Pierre de Coubertain, se opunha à participação das mulheres, alegando que a prática esportiva e a condição feminina eram incompatíveis. Nos jogos seguintes, realizados em Paris, a participação das mulheres foi admitida, porém com restrições: apenas no golfe e no tênis. Nesse ano participaram 11 atletas mulheres. Em 1996, 100 anos depois, as mulheres brilharam em Atlanta, competem em quase todas as modalidades, e seus recordes, seus desempenhos, estão cada vez melhores.

Disputando o direito de jogar

Em 1924, em Paris, cresceu a participação das mulheres, passando a 4%. Mas a disputa durante a competição, e nos bastidores, não foi fácil. A Federação Internacional Atlética Amadora conseguiu limitar a participação das mulheres a cinco modalidades.

As mulheres não permaneceram passivas a essa imposição. Resistiram. Assim, enquanto era cerceada sua participação nos jogos olímpicos, elas organizaram jogos exclusivamente femininos - de 1922 a 1934 - este último, realizado em Londres, contou com a participação de 19 países.

Durante a guerra, à discriminação contra as mulheres somam-se os preconceitos de cor e raça. O nazismo ascende com força política e nos jogos realizados em Berlim, em 1936, há o propósito público e declarado de Adolf Hitler de mostrar a superioridade ariana, inclusive no esporte.

Um negro americano, de 23 anos, Jesse Owens, derrubou o sonho de Hitler de transformar a Olimpíada de Berlim em instrumento de propaganda política de Hitler e do nazismo. Ao vencer as competições de 100 metros, 200 metros, saltar 8,06 metros e brilhar no revezamento 4x100, ele colocou quatro medalhas de ouro no peito, demoliu os conceitos racistas de superioridade ariana.

Contra a participação das mulheres em geral se argumentava que tudo que exigisse força, rapidez e resistência não era apropriado para elas, pois isso poderia prejudicar sua saúde. Barrá-las seria uma medida para protegê-las. Argumento bastante curioso quando se vê que a participação das mulheres nos organismos de decisão, como o Comitê Olímpico Interna-



cional -COI- (onde as reuniões não exigem nenhum esforço físico) é ainda menor do que nas quadras.

Após a II Guerra Mundial a participação das mulheres nas olimpíadas cresceu. Em 1984, chegou a aproximadamente 20%. Em Atlanta, foram 35% do total de competidores.

No entanto, esse aumento não ocorreu da mesma forma no que se refere aos técnicos e dirigentes. Sua presença é mais freqüente nos países anglo-saxões do que nos países latinos. Somente nos anos 80 uma mulher foi admitida no COI. O Brasil, até hoje, só teve representantes do sexo masculino no COI.

Mulheres brilham em Atlanta

Transformada em grande negócio, as olimpíadas decepcionaram pela organização mas impressionam pelos números: foram 10.700 atletas, 11 milhões de ingressos colocados a venda e 3,5 bilhões de pares de olhos conectados numa tela de TV.

As mulheres tiveram um desempenho destacado. Foram admitidas em quase todas as modalidades, exceto levantamento de peso, boxe e luta greco-romana. Na natação disputaram pela primeira vez o mesmo número de provas que os homens. No atletismo fizeram sua estréia no salto triplo. Das nove modalidades introduzidas pela primeira vez nas olimpíadas, seis são femininas.

Para terem o direito de participar dos jogos, cerca de duas mil atletas foram submetidas ao teste de feminilidade em Atlanta. E algumas, como Edinanci da Silva, passaram pelo constrangimento de ver seu caso exposto internacionalmente. Paraibana, 19 anos, 72 quilos foi também discriminada por sua aparência. Saiu por cima. Com os cabelos cor de caju, lutou bem, mas caiu numa chave difícil e em uma categoria acima da que estava acostumada a lutar.

Mulheres da areia: primeira medalha

No sábado, 27 de julho, as mulheres brasileiras conquistaram sua primeira medalha em olimpíadas. E foi ouro. A dupla Jacqueline e Sandra venceu Mônica e Adriana no vôlei de praia. Duas duplas brasileiras. Foi ouro e prata. Jaqueline, irreverente, que tem em sua carreira uma briga com o técnico ao entrar na quadra com o uniforme do avesso, pois se recusava a fazer propaganda gratuita, resume: "A medalha é um verdadeiro viva às mulheres".

O sonho era perseguido já em 1932, quando a nadadora paulista Maria Lenk, em Los Angeles, tornou-se a primeira sul-americana a participar de uma olimpíada. Em 1964, Aída

dos Santos, por 2cm deixou de ganhar um bronze no salto em altura. Chegamos perto do bronze no vôlei feminino em Barcelona.

Com medalha e sem emprego

Sobretudo nos esportes coletivos, as mulheres tiveram bom desempenho e em alguns casos superaram as expectativas.

Mas algumas delas vão ter que enfrentar o dia a dia do desemprego, da batalha para continuar sua carreira, como a equipe de futebol feminino, que superou a expectativa e ficou em quarto lugar. Diferentemente da equipe masculina, que ficou em terceiro lugar, ganham um salário mínimo de seus clubes, a maioria tem outros empregos durante o dia para treinar à noite. Segundo a imprensa, o maior salário pago a elas é de R\$ 350,00.

Com jogadas rápidas e plásticas, "as meninas" do basquete ficaram invictas até a final, quando perderam para as americanas, considerado o melhor time feminino da competição. Muita festa, muita alegria, e a esperança de que a medalha de prata traga o reconhecimento e condições de continuar jogando.

É a mesma realidade para a equipe do vôlei. Com uma campanha exuberante e apenas uma derrota, a equipe de vôlei ficou em terceiro lugar. Para Ana Moser, uma das maiores conquistas das meninas do vôlei foi provar a evolução da equipe e a força das mulheres.

O Brasil não é mais apenas o país do futebol. A Olimpíada de Atlanta vai ficar para sempre na história do esporte brasileiro: o Brasil subiu ao pódio com as mulheres em destaque. E quebrou diversos recordes sul-americanos entre eles o de 100m borboleta e 100m livre, com Gabriele Rose.

Na hora de pensar em esportes, ninguém mais vai pensar em exclusividade masculina.

Maria Luíza da Costa é jornalista e Secretária de Mulheres do Diretório Estadual do PT/SP.